

Balanco 2015 Socioambiental



A Força de uma
Instituição

Balanco 2015 Socioambiental



*A Força de uma
Instituição*



Balço
Socioambiental
2015



Conselho Federal de Contabilidade

Balço socioambiental 2015 : a força de uma instituição / Conselho Federal de Contabilidade. – Brasília : CFC, 2016.

Anual
ISSN: 2238-8702

114 p.
1. Balço Socioambiental. 2. Responsabilidade Social. 3. Responsabilidade Ambiental. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Lúcia Helena Alves de Figueiredo – CRB 1/1.401

A Força de uma Instituição

Sumário

| | |
|---|-----|
| Apresentação..... | 5 |
| Introdução..... | 7 |
| Gestão Institucional..... | 9 |
| Gestão de Pessoas..... | 33 |
| Gestão de Registro, Fiscalização, Normatização e Educação Continuada..... | 43 |
| Gestão Socioambiental..... | 77 |
| Balço Socioambiental em Dados..... | 89 |
| Conselheiros do CFC..... | 109 |

Balanço
Socioambiental
2015



José Martonio Alves Coelho,
Presidente do CFC

Apresentação

Eis que, mais uma vez, chega o momento de nos autoavaliarmos e de, em uma forma de prestação à classe contábil e à sociedade brasileira, apresentarmos uma radiografia fidedigna dos atos e fatos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) durante o exercício de 2015.

Mais do que uma responsabilidade legal, assumimos uma obrigação social. Temos tido por dever, nessas dez edições do Balanço Socioambiental do CFC, disponibilizar ao público uma ferramenta de transparência, de controle e de avaliação de nossas gestões, as quais têm sido construídas com a colaboração efetiva dos presidentes, de múltiplos profissionais e de um competente time de pessoas, preocupados com o cumprimento de nossas legítimas atividades, no intuito de salvaguardar a imagem institucional do CFC.

E é com muita satisfação que faço chegar às mãos dos estimados leitores o Balanço Socioambiental 2015, publicação que traz um levantamento responsável e fiel das nossas mais relevantes ações e daquilo que julgamos necessário para o desenvolvimento e modernização do Conselho Federal de Contabilidade e, conseqüentemente, para a alavancagem da classe contábil brasileira. Estendemos o nosso papel muito além dos números, com a demonstração de ações voltadas ao bem-estar de nossos funcionários e às nossas políticas socioambientais.

Construímos, ao longo de 2015, importantes e efetivas estratégias, com vistas ao alcance das melhorias no âmbito de todo o Sistema CFC/CRCs. Sobre o alicerce do nosso Plano de Trabalho, dentro de uma política de gestão calcada sob a tríade da ética, da transparência e da proteção da sociedade, as metas foram traçadas e os objetivos foram alcançados.

Enfrentamos, sim, muitos desafios – natural em qualquer administração –, com imprevistos e dificuldades, mas, ao final do somatório, conseguimos fechar este Balanço, que, com a mais absoluta certeza, concentra muito mais créditos do que débitos, elevando o patrimônio social da instituição.

Como nenhuma entidade cresce sozinha, continuaremos confiantes no trabalho construtivo, juntamente com nossos permanentes e fiéis colaboradores – conselheiros, profissionais da contabilidade, funcionários, presidentes dos CRCs, entidades parceiras, Governo e sociedade – na busca do combustível eficaz para o desenvolvimento das Ciências Contábeis.

Boa leitura!

José Martonio Alves Coelho

Presidente do CFC (2014/2017)



Balanço
Socioambiental
2015



Reunião de presidentes no Plenário do CFC



Conselho Diretor do CFC (2014/2015)

Introdução

Ciente de suas obrigações legais e institucionais para com a classe contábil e a sociedade brasileira e, ainda, conhecedor do seu papel como órgão fiscalizador profissional, em cujos pilares se fixam a transparência e a ética, o Conselho Federal de Contabilidade abre, mais uma vez, os seus arquivos financeiros e sociais para levar a conhecimento público as suas principais atividades desenvolvidas durante o exercício de 2015.

Guardadas as devidas alterações, as edições do Balanço Socioambiental CFC têm trazido, por dez publicações consecutivas, o cumprimento inequívoco das premissas estabelecidas na NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental, cujo foco está voltado para a fiel prestação de contas das atividades-fim do CFC à sociedade e para a responsabilidade da entidade no cumprimento de seu papel social e ambiental.

Por seu caráter informativo, a presente edição do Balanço Socioambiental traz no corpo de suas páginas dados relevantes a respeito das atividades contábeis, administrativas, financeiras, sociais e ambientais do CFC durante o ano de 2015.

Seu conteúdo desdobra-se em duas vertentes, quais sejam: a primeira, no aspecto endógeno, caracteriza-se pela demonstração das ações no âmbito interno, ou seja, sua estrutura física e organizacional, informações econômico-financeiras, gestão de pessoas; e a segunda, no aspecto exógeno, volta-se para a inserção do CFC na sociedade, envolvendo as questões de abrangência institucional e social, e a promoção de estratégias positivas para a alavancagem da Contabilidade e para a capacitação e valorização da classe contábil brasileira.

O Balanço Socioambiental CFC 2015 está dividido em cinco grandes tópicos:

- a. **Gestão Institucional** – apresenta a estrutura física e organizacional, finalidade, entidades de relacionamento do CFC, informações econômico-financeiras e perfil do Sistema CFC/CRCs;
- b. **Gestão de Pessoas** – apresenta o perfil do corpo funcional e as ações desenvolvidas pelo CFC em benefício de seus colaboradores;
- c. **Gestão de Registro, Fiscalização, Normatização e Educação Continuada** – apresenta as atividades promovidas pelo CFC que, direta ou indiretamente, impactaram no Registro, na Gestão de Registro, na Fiscalização, na Normatização e na Educação Continuada;
- d. **Gestão Socioambiental** – apresenta as ações, os projetos e os programas desenvolvidos pelo CFC, os quais demonstram sua responsabilidade com o desenvolvimento sustentável, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento social e pessoal dos profissionais da contabilidade; e
- e. **Balanço Social em Dados** – apresenta as pesquisas de satisfação e insatisfação dos funcionários do CFC e dos Conselhos Regionais de Contabilidade, além da Demonstração do Valor Adicionado e dos demais demonstrativos do resultado social.



Balanco 2015 Socioambiental



Gestão Institucional

Apresenta a estrutura física e organizacional, finalidade, entidades de relacionamento do CFC, informações econômico-financeiras e perfil do Sistema CFC/CRCs.

*Gestão
Institucional*



Plenário do CFC (2014/2015)

CFC

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), criado pelo Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946, com as alterações constantes das leis n.ºs 570, de 22/9/1948; 4.695, de 22/6/1965; 5.730, de 8/11/1971; 11.160, de 2/8/2005; e Lei n.º 12.249, de 11/6/2010; dos Decretos-Leis n.ºs 9.710, de 3/9/1946 e 1.040, de 21/10/1969, dotado de personalidade jurídica e forma federativa, presta serviço público e tem a estrutura, a organização e o funcionamento estabelecidos pela legislação específica e pelo Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, tendo como sede e foro a cidade de Brasília (DF), com endereço no Setor de Autarquias Sul (SAS), Quadra 5, Bloco J, Edifício CFC.

Compete ao CFC, nos termos da legislação em vigor:

- Registrar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), cada um em sua base jurisdicional, nos estados e no Distrito Federal.
- Normatizar, orientar e disciplinar, técnica e eticamente, o exercício da profissão contábil em todo o território nacional.
- Regular sobre o Exame de Suficiência, o Cadastro de Qualificação Técnica e os Programas de Educação Continuada.
- Editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional, bem como os Princípios de Contabilidade e Orientações Técnicas.

O Plenário da entidade é composto por 27 conselheiros efetivos e igual número de suplentes, representados pelos 26 estados da Federação e o Distrito Federal, conforme previsto na Lei n.º 11.160/2005.



Sede do CFC, em Brasília (DF)

Planejamento Estratégico

Construído de forma participativa, o Sistema CFC/CRCs desenvolveu o Planejamento Estratégico com a finalidade de atender aos anseios da classe contábil e à busca crescente da qualidade na gestão.

Missão

Promover o desenvolvimento da profissão contábil, primando pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando como fator de proteção da sociedade.

Visão

Ser referência nacional e internacional como órgão de profissão regulamentada, politicamente articulado e formador de opinião em questões socioeconômicas, tributárias, técnicas e organizacionais, consolidando a profissão contábil como fator de proteção da sociedade.

Valores

Ética no trabalho.
Companheirismo.
Responsabilidade profissional e social.
Compromisso.
Confiança.
Transparência.
Respeito.
Trabalho perseverante.

Mapa Estratégico

Os Objetivos Estratégicos do Sistema CFC/CRCs estão representados no Mapa Estratégico, tendo como meta o alcance de seus resultados até o ano de 2017.



Resultados Institucionais

15. Fortalecer a imagem do Sistema CFC/CRCs e da profissão contábil perante a sociedade.

14. Atuar como fator de proteção da sociedade.

Público-Alvo

13. Influenciar a formação das competências e das habilidades do profissional e fomentar Programas de Educação Continuada.

12. Promover a satisfação da classe contábil com o Sistema CFC/CRCs.

11. Fortalecer a participação sociopolítico-institucional perante as instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas da classe contábil.

Processos

10. Firmar parcerias estratégicas.

9. Inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs.

8. Elaborar, acompanhar e aperfeiçoar normas de interesse do Sistema CFC/CRCs, da profissão e da Ciência Contábil.

7. Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos.

6. Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de Educação Continuada, Registro e Fiscalização como fator de proteção da sociedade.

Pessoas e Tecnologia

5. Fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e dos colaboradores do Sistema CFC/CRCs.

4. Atrair e reter talentos.

3. Ampliar e integrar o uso da Tecnologia da Informação no Sistema CFC/CRCs.

Recursos e Logística

2. Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs.

1. Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs.

Certificação ISO 9001:2008

A certificação ISO 9001 é uma forma de alinhar objetivos e metas em prol da organização como um todo e tem como foco principal do negócio a satisfação do seu cliente. A implementação da ISO 9001:2008 permite a melhoria contínua do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e dos processos da organização.

Embasado nesse conceito, desde 2007, o Conselho Federal de Contabilidade passou a ser certificado pela Norma ABNT NBR ISO 9001. Esta norma internacional define requisitos para o Sistema de Gestão da Qualidade das entidades e tem como objetivo fornecer um conjunto de procedimentos que otimizem processos relacionados a serviços.

O Conselho Federal, por meio do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), padroniza linguagens e procedimentos de suas áreas, proporcionando maior qualidade, eficiência e eficácia nos trabalhos, para atender às demandas de seus clientes, em conformidade com as leis e regulamentos da entidade.

O CFC mantém a certificação nas seguintes áreas:

- Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina.
- Vice-Presidência de Registro.
- Vice-Presidência Administrativa.
- Vice-Presidência de Controle Interno.
- Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional e Institucional.

Em 2015, foram elaborados os procedimentos de sete novas áreas – Vice-Presidência de Desenvolvimento Operacional; Vice-Presidência Técnica; Departamento de Comunicação Social; Departamento de Contabilidade; Departamento de Logística; Departamento de Passagens e Diárias; e Departamento de Pessoal – com processo de certificação previsto para 2016.



Vice-Presidente Administrativo,
Luiz Henrique de Souza (2014/2015)



Conselheiros da Câmara de
Assuntos Administrativos (2014/2015)

Política da Qualidade

A Política da Qualidade definida pela alta direção tem por objetivo estabelecer padrões de normatização, orientação e controle das ações relacionadas ao registro e à fiscalização do exercício da profissão contábil, primando pelo desenvolvimento profissional e visando à melhoria contínua e à eficácia do sistema contábil brasileiro. Com isso, busca-se continuamente a melhoria dos processos, a elevação do nível de satisfação dos clientes externos e internos, a definição e o compartilhamento de responsabilidades, a conscientização, a capacitação e o desenvolvimento de competências dos recursos humanos.

Objetivos da Qualidade

Os Objetivos da Qualidade estão relacionados com a melhoria contínua dos processos, e seus resultados devem ser mensurados, pois causam impacto positivo na qualidade do produto ou na prestação do serviço, na eficácia operacional e no desempenho financeiro da organização. São eles:

1. Promover a capacitação e a valorização dos colaboradores, estimulando o crescimento pessoal e profissional, visando habilitá-los ao desenvolvimento de suas atividades.
2. Assegurar a melhoria contínua e a otimização dos processos internos, promovendo a excelência nos serviços e a satisfação dos clientes internos e externos, por meio da gestão da qualidade.
3. Aprimorar canais de comunicação, estimulando a gestão e a disseminação da informação e do conhecimento, visando atender às necessidades da instituição, do profissional contábil e da sociedade.
4. Apoiar, assessorar e acompanhar os Conselhos Regionais no cumprimento das suas atividades institucionais.
5. Promover, com eficiência, ações direcionadas ao registro, à fiscalização, à normatização e ao desenvolvimento da profissão contábil.



Entidades de Relacionamento

O CFC procura manter e aprimorar seus parceiros estratégicos de modo que possa desenvolver ações e projetos importantes para a classe contábil brasileira, além de captar recursos e aumentar a sua capacidade de intervenção.

Atualmente, o CFC mantém parcerias com as seguintes entidades:

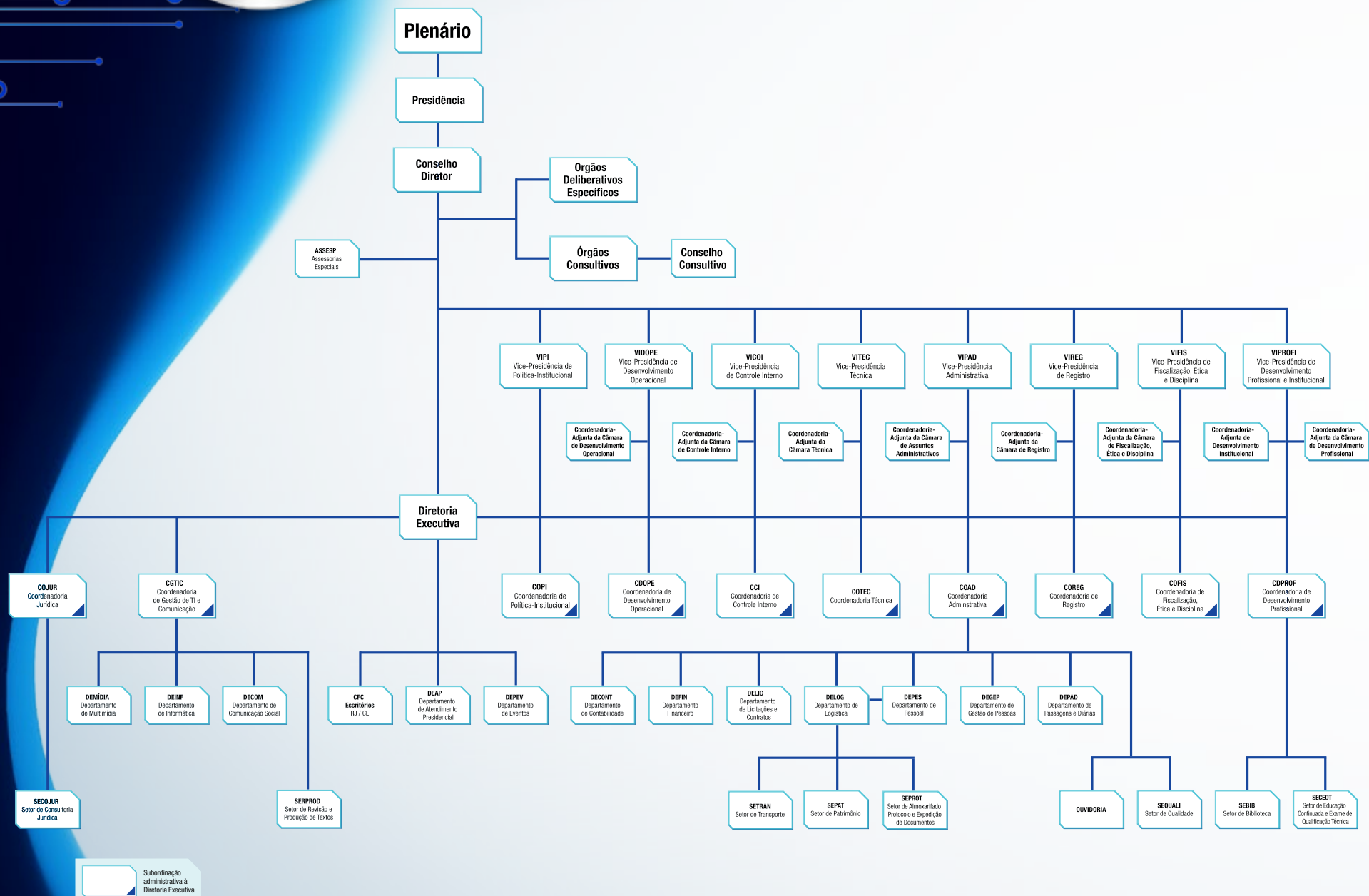
- Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon).
- Advocacia-Geral da União (AGU).
- Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário.
- Associação Brasileira de Companhias Abertas (Abrasca).
- Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec).
- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).
- Associação Interamericana de Contabilidade (AIC).
- Associação Nacional de Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social (Profis).
- Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (Anpcont).
- Banco Central do Brasil (BCB).
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- Banco Mundial.
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
- Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA).
- Certisign – Certificadora Digital.
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- Comitê de Integração Latino Europa-América (Cilea).
- Comitê de Padrões Contábeis Internacionais (Iasb).
- Congresso Nacional.
- Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).
- Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB).
- Controladoria-Geral da União (CGU).
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).
- Departamento de Registro Empresarial e Integração (Drei).
- Escola de Administração Fazendária (Esaf).
- Federação Brasileira das Associações de Peritos, Árbitros, Mediadores e Conciliadores (Febrapam).
 - Federação Internacional de Contadores (Ifac).

- Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon).
- Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC).
- Fundação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (FCPC).
- Fundação Escola Aberta do Terceiro Setor.
- Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi).
- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).
- Grupo Latinoamericano de Emisores de Normas e Información Financiera (Glenif).
- Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA).
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).
- Instituto de Auditores Independentes do Brasil (Ibracon).
- Instituto de Contadores Oficiais da Inglaterra e Gales (ICAEW).
- Instituições de Ensino Superior (IES).
- Instituto Rui Barbosa (IRB).
- Instituto Social Iris.
- Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio Exterior (MDIC).
- Ministério da Educação (MEC).
- Ministério da Fazenda (MF).
- Ministério do Meio Ambiente (MMA).
- Ministério da Saúde (MS).
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
- Ministério Público da União (MPU).
- Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas de Portugal (Otoc).
- Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).
- Observatório Social do Brasil (OSB).
- Receita Federal do Brasil (RFB).
- Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
- Serasa Experian.
- Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).
- Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas).
- Superintendência de Seguros Privados (Susep).
- Tribunal de Contas da União (TCU).
- Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
- Tribunais de Contas de Estados e Municípios.
- Universidade de Aveiro – Portugal.
- Universidade do Minho – Portugal.



Organograma

O CFC apresenta a seguinte estrutura organizacional:



Assessoria Parlamentar

Com o objetivo de fazer com que o Conselho Federal esteja presente em todos os espaços de diálogo no âmbito dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, a Assessoria Parlamentar acompanhou as matérias de interesse do Sistema CFC/CRCs em tramitação na Câmara dos Deputados, Senado Federal, no Executivo Federal e no Judiciário. O trabalho requer a elaboração de informações, acompanhamento, análise, organização e atualização de todos os assuntos inerentes ao setor. As principais proposições acompanhadas pelo CFC, no ano de 2015, foram:

- **Reformulação do Código Comercial brasileiro** – Em 9 de dezembro de 2015, foi feita a entrega ao presidente da Comissão Especial que trata da matéria, da contribuição do Conselho Federal de Contabilidade ao novo Código Comercial.
- **TSE** – Prestação de Contas – Tribunal Superior Eleitoral acata proposições do CFC e aprova resolução de prestações de contas das eleições 2016.
- **ADI n.º 5.127** – A matéria dispunha sobre a solicitação de inconstitucionalidade da Lei n.º 12.249/2010, sendo votada pelos ministros pela constitucionalidade da referida lei.
- **PLS n.º 229/2009** – Estabelece normas gerais sobre plano, orçamento, controle e contabilidade pública, voltadas para a responsabilidade no processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial, altera dispositivos da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável e dá outras providências.
- **PL n.º 7.512/2014** – Anula débitos tributários oriundos de multas que específica.
- **PL n.º 2.816/2015** – Dispõe sobre a criação de cargos e funções comissionadas nos quadros de pessoal dos tribunais regionais eleitorais, destinados às unidades responsáveis pelo exame da prestação de contas.
- **PL n.º 1.004/2011** – Dispõe sobre as contribuições dos Conselhos Profissionais.
- **PLS n.º 658/2007** – Altera a Lei n.º 1.411, de 13 de agosto de 1951, para atualizar a regulamentação do exercício da profissão de economista e dá outras providências.

Audiência
Pública no Senado
Federal para tratar
do PLS n.º 229/2009



Gestão Institucional

- **PL n.º 600/2011** – Altera a Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003, que “dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências”, para isentar os idosos de contribuição aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional.
- **Medida Provisória n.º 684/2015** – Convertida na Lei n.º 13.204/2015, que altera a Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, “que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis n.ºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999”; altera as Leis n.ºs 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.790, de 23 de março de 1999, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga a Lei n.º 91, de 28 de agosto de 1935.
- **PLS n.º 141/2014** – Altera o Art. 67 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para ampliar as atribuições do Conselho de Gestão Fiscal e viabilizar a instalação e o funcionamento desse Conselho.
- **PLS n.º 439/2015** – Estabelece que cargos e funções com atribuições voltadas para os campos da Administração, em organizações privadas, não governamentais e públicas, somente poderão ser providos por tecnólogos e administradores profissionais regulares na forma da lei, que ficam obrigados a comprovar, anualmente, perante organização empregadora, a regularidade com o Conselho Regional de Administração (CRA). Estabelece multas aplicáveis pelos CRAs.
- **Audiência Pública da Comissão de Esportes da Câmara dos Deputados** – Debate sobre “Aspectos Contábeis da Lei de Incentivo ao Esporte”.

Audiência Pública da
Comissão de Esportes da
Câmara dos Deputados



Perfil do Sistema

A classe contábil brasileira apresentou, em 2015, o seguinte perfil:

| | |
|--------------------------------------|------------|
| Conselhos Regionais de Contabilidade | 27 |
| Delegacias | 694 |
| Representantes | 160 |

| | |
|---------------------------|----------------|
| Técnicos em Contabilidade | 197.390 |
| Contadores | 334.675 |
| Organizações Contábeis | 51.351 |

| | |
|-----------------------------------|--------------|
| Conselheiros efetivos e suplentes | 889 |
| Funcionários | 1.235 |
| Fiscais | 209 |
| Estagiários | 221 |
| Prestadores de Serviços | 246 |

Perfil Econômico-Financeiro do Sistema

| 2014 | 2015 |
|--|--|
| Patrimônio Social R\$534.004.199,72 | Patrimônio Social R\$579.591.920,92 |
| Receita Arrecadada R\$288.952.387,74 | Receita Arrecadada R\$321.483.682,10 |
| Superávit Patrimonial R\$88.812.531,83 | Superávit Patrimonial R\$55.518.251,18 |



*Gestão
Institucional*



Presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho, e presidentes dos Conselhos Regionais de Contabilidade (2014/2015)



Conselhos Regionais de Contabilidade

Projetos de Apoio aos CRCs

Os projetos têm por objetivo melhorar a infraestrutura dos CRCs, otimizar os trabalhos e auxiliar na capacitação dos seus colaboradores, a fim de promover o adequado atendimento aos profissionais da contabilidade e à sociedade.

Os principais projetos de apoio financeiro e operacional realizados em 2015 para os CRCs foram: construção, ampliação e reforma de sedes próprias; ampliação e atualização do parque de informática; auxílio financeiro para cobertura de despesas de custeio; apoio à gestão dos Conselhos Regionais; renovação e adequação da frota de veículos; acompanhamento e assessoramento aos setores de cobrança dos CRCs; processo eleitoral e comissão de trabalho para definir o processo de modernização da tecnologia da informação no âmbito do Sistema CFC/CRCs.

No exercício de 2015, o CFC investiu R\$2.496.999,99 nesses projetos.



Vice-Presidente de Desenvolvimento Operacional,
Aécio Prado Dantas Júnior (2014/2015)

| Descrição | Valor (R\$) |
|--|---------------------|
| Construção, ampliação e reforma de sedes próprias | 1.090.283,81 |
| Ampliação e atualização do parque de informática | 319.043,99 |
| Auxílio financeiro para cobertura de despesas de custeio | 232.315,10 |
| Apoio à gestão dos CRCs | 242.399,89 |
| Renovação e adequação da frota de veículos | 417.747,63 |
| Acompanhamento e assessoramento aos setores de cobrança dos CRCs | 35.989,31 |
| Processo Eleitoral – Comissões de Trabalho | 45.952,36 |
| Processo Eleitoral – Treinamento sobre Normas Eleitorais | 86.818,57 |
| Modernização da Tecnologia da Informação – Comissão de Trabalho | 26.449,33 |
| Total | 2.496.999,99 |

Conselheiros da Câmara de
Desenvolvimento Operacional
(2014/2015)



Infraestrutura tecnológica para o Sistema CFC/CRCs

A qualidade e a segurança da informação, bem como a integração dos sistemas informatizados são essenciais para o melhor desempenho das atividades exercidas pelos conselhos.

Com o objetivo de implementar a gestão da tecnologia da informação visando ao uso de estratégias integradas que permitam a junção entre a tecnologia, atividades institucionais e funcionamento organizacional, em 2015, o CFC investiu R\$3.447.957,55 em desenvolvimento de projetos de TI.

Todos os sistemas estão sendo desenvolvidos com funcionalidades que permitem a integração de dados, maior disponibilização das informações, segurança e confiabilidade. Dos 13 projetos em desenvolvimento, quatro foram concluídos.

Processo Eleitoral dos Conselhos Regionais de Contabilidade

No ano de 2015, ocorreu a eleição para a renovação de 1/3 (um terço) dos conselheiros que compõem o Plenário dos Conselhos Regionais de Contabilidade. O pleito ocorre por chapas em eleição direta e é realizada exclusivamente pela rede mundial de computadores – internet. O processo eleitoral se realiza a cada dois anos e é coordenado pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A eleição, regulamentada pela Resolução CFC n.º 1.480/2015, está prevista no Decreto-Lei n.º 1.040, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade e regula a eleição de seus membros. A redação atual contém alterações dadas pela Lei n.º 5.730/1971 e pela Lei n.º 12.932/2013.

Dos 532.065 profissionais com registro ativo, foram considerados aptos a votar 411.836, dos quais 350.289 votaram, correspondendo a 85% do total de profissionais aptos.

Dia do Profissional da Contabilidade

O Dia do Profissional da Contabilidade, celebrado no dia 25 de abril, foi comemorado pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelos Conselhos Regionais por meio de eventos, palestras, sessões nas Assembleias e Câmaras Legislativas, além das diversas manifestações nas redes sociais.

A Câmara dos Deputados homenageou os profissionais em Sessão Solene, no dia 24 de abril, e contou com a participação de lideranças da classe contábil brasileira.



Controle Interno e Auditoria

O Controle Interno tem por função acompanhar a gestão contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional dos Conselhos nos aspectos relacionados à legalidade, economicidade, eficácia e eficiência, de forma a contribuir na melhoria constante da gestão dos Conselhos de Contabilidade.

Dentre suas competências regimentais, destacam-se:

- examinar e deliberar sobre prestações de contas, demonstrações contábeis, propostas orçamentárias e alterações orçamentárias do CFC e dos CRCs;
- examinar as despesas do CFC e dos CRCs quanto à sua legalidade, economicidade, eficácia e eficiência;
- acompanhar as demonstrações contábeis e a gestão orçamentária do CFC e dos CRCs, sugerindo medidas que venham a garantir a qualidade das informações contábeis e o desempenho equilibrado da execução orçamentária;
- examinar as demonstrações de receita arrecadada pelos CRCs;
- opinar sobre o recebimento de legados, doações e subvenções;
- exercer outras atividades compatíveis de apoio ao desenvolvimento dos trabalhos do CFC.

Durante o exercício de 2015, foram realizadas diversas análises e julgamentos de processos, além da emissão de Notas Técnicas, Instruções de Trabalho e Pronunciamentos, conforme especificado a seguir:



Vice-Presidente de Controle Interno,
Lucilene Florêncio Viana (2014/2015)



Conselheiros da Câmara de
Controle Interno (2014/2015)

Emissão de Pareceres, Pronunciamentos, Instruções de Trabalho e Notas Técnicas

| | 2014 | 2015 |
|------------------------------------|------------|------------|
| Pronunciamentos | 36 | 27 |
| Instruções de Trabalho | - | 3 |
| Notas de Análise e Notas Técnicas | 94 | 88 |
| Balancetes (CFC) | 9 | 12 |
| Parecer sobre: | | |
| • Prestações de Contas | | |
| • Propostas Orçamentárias | 144 | 132 |
| • Créditos Adicionais ao Orçamento | | |
| Total | 283 | 262 |

O Controle Interno conta com uma unidade de Auditoria Interna, que tem por atribuição auditar a probidade e a propriedade das decisões tomadas pelos gestores dos Conselhos, além de estabelecer e monitorar planos, programas de auditoria, critérios, avaliações e métodos de trabalho, objetivando uma maior eficiência e eficácia dos controles internos administrativos e contribuindo no cumprimento das finalidades institucionais.

No exercício de 2015, foram realizadas, pela equipe de auditoria interna do CFC, auditorias de acompanhamento de gestão, no formato preventivo e de apoio, em 17 Conselhos Regionais.

O CFC contratou empresa de auditoria independente, com foco administrativo, orçamentário, contábil, financeiro, patrimonial e operacional, a qual emitiu relatórios circunstanciados para a avaliação da gestão do CFC e dos 27 CRCs.

O Controle Interno apoiou também a execução do projeto de Assessoramento à Contabilidade dos CRCs, cujo objetivo foi assessorar e realizar o acompanhamento da área contábil, verificando a aplicação dos novos conceitos estabelecidos no Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, e buscar o aprimoramento das atividades desempenhadas. Foram apoiados, *in loco*, cinco Conselhos Regionais no exercício de 2015.



Funcionários do CFC

Fundo de Integração e Desenvolvimento da Profissão Contábil (Fides)

O Fides foi criado pela Resolução CFC n.º 350/1972, de 22 de setembro de 1972, e alterado pelas Resoluções n.ºs 692/1991 e 968/2003. É um fundo financeiro voltado, integralmente, para o custeio de projetos de apoio e ao desenvolvimento de projetos de interesse da profissão contábil.

A fonte de recursos do Fundo de Integração é proveniente da contribuição do Conselho Federal de Contabilidade (que o coordena) e dos seis Conselhos Regionais de Contabilidade com maior arrecadação no Sistema CFC/CRCs (MG, PR, RJ, RS, SC e SP). Os recursos representam 1% sobre o montante das anuidades arrecadadas. Para exercer a supervisão dos recursos e subsidiar as decisões, o Fides é administrado por uma comissão coordenadora (Cofides).

Em 2015, os recursos utilizados destinaram-se ao custeio dos seguintes projetos:

- Produção e veiculação, na mídia nacional, de campanhas institucionais que visavam elevar o conceito da profissão contábil perante a sociedade ou prestar esclarecimentos sobre questões de interesse da profissão.
- Realização de treinamentos de formação e aprimoramento, bem como desenvolvimento de trabalhos e estudos técnicos, voltados à padronização e integração da atividade fiscalizadora em âmbito nacional.
- Contratação de serviços profissionais para a elaboração de pareceres e/ou assessoria técnica especializada em questões legais de interesse da profissão.



Reunião do Comitê Gestor do Fundo de Integração e Desenvolvimento da Profissão Contábil (Fides)

Convênios firmados

Ao longo do exercício de 2015, para atender aos objetivos institucionais e políticos, foram firmados diferentes convênios e parcerias:

- Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Federal de Contabilidade e a Federação Internacional de Contadores (Ifac), que tem por objeto a promoção, desenvolvimento e aprimoramento da profissão contábil e de auditoria, buscando a uniformização de padrões de normas internacionais de contabilidade e visando ao aperfeiçoamento da prestação de serviços contábeis, obedecendo a padrões de alta qualidade em atendimento ao interesse público. Firmado em 3 de março de 2015, com vigência até dezembro de 2017.
- Contrato de Comodato entre o Conselho Federal de Contabilidade e a Federação das Associações de Peritos, Árbitros, Mediadores e Conciliadores (Febrapam) de uma sala no Edifício sede do CFC para o desenvolvimento das finalidades da Febrapam. Firmado em 19 de janeiro de 2015, com vigência até 19 de janeiro de 2016.
- Convênio celebrado entre a Associação Interamericana de Contabilidade (AIC) e o Conselho Federal de Contabilidade para a realização do Seminário Regional Interamericano de Contabilidade, na cidade de Maceió (AL), no período de 12 e 13 de março de 2015.
- Termo de Cooperação Técnica entre o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Instituto Social Iris, para promoção de cinco Seminários Regionais de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público – Regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste (SEMREG-CQ), que tem por objetivo estimular o Programa de Educação Continuada dos Conselhos Regionais de Contabilidade. Firmado em 26 de janeiro de 2015 e com vigência até a finalização dos seminários.
- Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF) e o Conselho Federal de Contabilidade, com intuito de consolidar e disseminar as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, por meio de eventos e publicações, de forma a contribuir para a evolução da contabilidade aplicada ao setor público e aprimorar a transparência das contas públicas no Brasil. Firmado em 16 de abril de 2015, com vigência até 16 de abril de 2020.



Assinatura de Contrato de Comodato entre o Conselho Federal de Contabilidade e a Federação das Associações de Peritos, Árbitros, Mediadores e Conciliadores (Febrapam)

Gestão Institucional

- Termo Aditivo ao contrato de comodato firmado entre o Conselho Federal de Contabilidade e a Academia Brasileira de Ciências Contábeis de uma área no 4º andar do Edifício sede do CFC para o desenvolvimento das finalidades da Abracicon. Reeditado em 23 de janeiro de 2015, com vigência até 23 de janeiro de 2020.
- Termo Aditivo de Cooperação Técnica entre o Conselho Federal de Contabilidade e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para prorrogação do prazo de vigência do acordo, que tem por objetivo o acesso, pelo Coaf, à relação de CNPJ e CPF das pessoas físicas e jurídicas cadastradas no CFC e acesso, pelo CFC, aos dados e informações relativos às comunicações recebidas pelo Coaf. Reeditado em 1º de dezembro 2015, com vigência até 1º de dezembro de 2019.
- Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnico-Científica entre o Conselho Federal de Contabilidade, por meio do Programa do Voluntariado da Classe Contábil (PVCC), a Associação Nacional dos Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social (Profis) e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), visando à prorrogação de seu prazo inicial, a renovação das cláusulas anteriores, a adição de novas obrigações e a inclusão, na condição de convenientes, da Fundação Escola Aberta do Terceiro Setor (Escola Aberta) e da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), com a finalidade de estudo e aprimoramento do Sistema de Cadastro e Prestação de Contas (Sicap), no que diz respeito aos aspectos contábeis, financeiros e econômicos das prestações de contas por meio dele realizadas.

Convênio de Cooperação Geral entre CFC, Sebrae e Fenacon



Reeditado em 10 de dezembro 2015, com vigência até 10 de dezembro de 2016.

- Convênio de Cooperação Geral que entre si celebram o Conselho Federal de Contabilidade, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), que possui como objeto a promoção da convergência entre Sebrae, CFC e Fenacon e o apoio aos pequenos negócios, a partir da sensibilização e troca de informações inerentes ao setor contábil. A cooperação tem como foco os seguintes assuntos: apoio ao desenvolvimento dos profissionais da contabilidade, qualificação das empresas de serviços contábeis, aprimoramento do ambiente de pequenos negócios e constituição da rede de atendimento. Firmado em 5 de fevereiro de 2015, com vigência até 5 de fevereiro de 2018.

Grupo Latinoamericano de Emisores de Normas de Información Financiera (Glenif)

O Glenif foi criado a partir da necessidade da adoção das normas internacionais de Contabilidade (IFRS, na sigla em inglês) pelos países latino-americanos. O Conselho Federal de Contabilidade, organismo normatizador da profissão contábil no Brasil, foi o principal articulador da proposta de criação do Glenif, que contou com a adesão das instituições contábeis dos principais países da América Latina.

Tem a missão de atuar com o apoio do *International Accounting Standards Board* (IASB), para apresentar a opinião unificada da América Latina com relação aos projetos técnicos, levando ao conhecimento do IASB os problemas específicos da região relacionados com a adoção, implementação e aspectos técnicos das IFRS e IFRS para Pequenas e Médias Empresas.

O Glenif conta hoje com a participação de 17 países, representados pelos respectivos organismos emissores de normas contábeis.

Em 2015, foram realizadas duas assembleias, e o Diretório do Glenif, do qual o Brasil faz parte, promoveu 16 reuniões, sendo cinco presenciais e onze via internet.

Os integrantes do Diretório do Glenif também participaram de diversos eventos promovidos pelos Organismos Emissores de Normas dos países membros, realizando palestras e promovendo reuniões com lideranças locais, cumprindo o seu objetivo principal, que é o de contribuir com o IASB em aspectos técnicos e também no alcance à confluência de interesses dos vários países da América Latina, respeitando-se os aspectos particulares e os estágios de convergência de cada região.

O Glenif, em 2015, foi eleito como um dos representantes da América para integrar a *Accounting Standards Advisory Forum* (Asaf). A entidade tem por objetivo formar um foro consultivo no qual os membros possam atuar de forma construtiva para que o IASB desenvolva normas contábeis de alta qualidade, aceitas globalmente.



Integrantes do Diretório do Glenif



Balanco 2015 Socioambiental



Gestão de Pessoas

Apresenta o perfil do corpo funcional e as ações desenvolvidas pelo CFC em benefício de seus colaboradores.

Política de Gestão de Pessoas

A política de Gestão de Pessoas do CFC busca atingir os objetivos do Planejamento Estratégico, principalmente nos quesitos de atrair e reter talentos e prover conhecimentos técnicos e habilidades aos colaboradores do Sistema CFC/CRCs. Com objetivo de oportunizar o desenvolvimento profissional, contribui para a satisfação do corpo funcional e a melhoria da qualidade dos serviços.

Perfil do Quadro Funcional

Demonstra a quantidade dos colaboradores no encerramento do ano de 2015, por faixa etária, nível de escolaridade, gênero e tempo de serviço, e a movimentação deste corpo funcional.

Quadro Funcional

- 126** Funcionários Efetivos
- 51** Conselheiros
- 27** Estagiários
- 47** Prestadores de Serviços



Funcionários do CFC

Equidade de gênero

O CFC encerrou o ano de 2015 com o quadro funcional composto por 62 homens e 64 mulheres, que, em termos percentuais, correspondem a 49% e 51%, respectivamente, do total de funcionários efetivos. Quanto aos cargos de confiança, 61% eram ocupados pelo sexo feminino e 39% pelo sexo masculino.

64
Mulheres

62
Homens

Funcionários por faixa etária

| | |
|-------------------|----|
| De 18 a 30 anos: | 26 |
| De 31 a 40 anos: | 45 |
| De 41 a 50 anos: | 31 |
| De 51 a 60 anos: | 16 |
| Acima de 60 anos: | 8 |

Conforme o demonstrativo acima, a maior concentração de funcionários do Conselho Federal de Contabilidade está na faixa etária de 31 a 40 anos de idade, com o percentual de 36%.

Entre os cargos de chefia, o CFC tem priorizado o corpo funcional com melhor desempenho na organização, independentemente da faixa etária, sexo ou tempo de serviço.

Faixa Etária

(Cargos de chefia)

| | |
|----------|----|
| 18 a 30: | 1 |
| 31 a 40: | 11 |
| 41 a 50: | 14 |
| 51 a 60: | 5 |

Tempo de Serviço

(Cargos de chefia)

| | |
|-------------------|----|
| Até 5 anos: | 2 |
| De 6 a 10 anos: | 2 |
| Acima de 10 anos: | 27 |

Gestão de Pessoas

Nível de Escolaridade

A maioria do corpo funcional do CFC (75%) possui nível superior completo e pós-graduação, o que contribui para a qualidade dos serviços prestados.

| | |
|--------------------------|----|
| Ensino Fundamental: | 4 |
| Ensino Médio Incompleto: | 2 |
| Ensino Médio Completo: | 20 |
| Superior Incompleto: | 6 |
| Superior Completo: | 60 |
| Especialização: | 33 |
| Mestrado: | 1 |



Funcionária do CFC

Até 5 anos: **46**
De 6 a 10 anos: **14**
Acima de 10 anos: **66**

Tempo de Serviço

O percentual de funcionários com mais de 10 anos de tempo de serviço é de 52%, o que demonstra o esforço do CFC para a retenção de seus talentos.



Funcionário do CFC

Movimentação Funcional

O ingresso no quadro de funcionários efetivos do CFC se dá por meio de concurso público, sendo o último realizado em 2010, com vigência expirada em junho de 2015.

Durante o ano de 2015, houve quatro desligamentos e, como forma de atender às necessidades da gestão e promover a substituição funcional, foram contratados dois funcionários.

Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)

O PCCS é uma ferramenta da política de Gestão de Pessoas que visa delimitar atribuições, deveres e responsabilidades inerentes a cada cargo e estabelecer uma estrutura salarial. Visa também oferecer oportunidades de remuneração capazes de produzir continuado estímulo nos funcionários, elevando seus padrões de produtividade. Com o objetivo de adequar às demandas do mercado, foi instituída uma comissão para atualização do PCCS.

Processo de Avaliação de Desempenho

A Avaliação de Desempenho é uma ferramenta gerencial efetiva para determinar parâmetros de desempenho que precisam ser desenvolvidos para reconhecer a excelência do trabalho dos funcionários.

A avaliação tem por objetivo:

- incrementar a gestão do desempenho;
- identificar as causas do desempenho deficiente; e
- fornecer indicadores e critérios objetivos para cada colaborador buscar a maximização de seu desempenho profissional.

No CFC, a avaliação acontece todo ano no mês de setembro e tem apuração bianual, com progressão funcional de 2%. Em 2015, 79% dos funcionários alcançaram a meta mínima prevista para obter a progressão funcional.



Funcionários do CFC



Jovem Aprendiz

Segundo a definição do Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 62), a aprendizagem é a formação técnico-profissional ministrada ao adolescente ou jovem, segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor, implementada por meio de um contrato de aprendizagem.

De acordo com o Art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem um número de aprendizes equivalente a, no mínimo, 5% e, no máximo, 15% do seu quadro de funcionários, cujas funções demandem formação profissional.

O cálculo da cota é feito pelo fiscal do Ministério do Trabalho. Seguindo esse critério, o CFC mantém três jovens aprendizes contratados.



Jovem Aprendiz do CFC

Portadores de Necessidades Especiais

O processo de contratação de funcionários do CFC está regulamentado na Resolução CFC n.º 1.062/2005, que estabelece a realização de concurso público para o preenchimento de cargos. A última seleção foi realizada em 2010, conforme Edital n.º 1, de 5 de novembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 8/11/2010. O edital previa a inscrição de Pessoa com Deficiência (PcD), atendendo assim à Lei n.º 8.213/1991, também conhecida como Lei de Cotas. O resultado do concurso foi divulgado mediante Edital n.º 4, de 14 de junho de 2011, e publicado no DOU no dia 16 de junho de 2011, sendo que nenhum candidato inscrito como PcD foi aprovado.

Estagiários
do CFC



Estagiários

O estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, de educação especial e nos últimos períodos do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Em 31 de dezembro de 2015, o quadro de estagiários do CFC era formado por 27 estudantes de diversos cursos de nível superior.

Educação e Treinamento

Com a finalidade de manter os profissionais qualificados, atualizados e motivados, o CFC desenvolve o Plano Anual de Treinamento (PAT), baseado no resultado da Avaliação de Desempenho de seus funcionários e de acordo com as demandas de cada área.

As atividades relacionadas ao treinamento e ao desenvolvimento dos funcionários visam adequar as competências internas aos objetivos estratégicos da entidade.

Em 2015, o valor investido em treinamento foi de aproximadamente R\$100 mil, oportunizando 165 participações em cursos.

Auxílio Educação

O CFC oferece aos funcionários subsídio parcial para pagamento de cursos de idiomas e pós-graduação, de acordo com a área de atuação, com o objetivo de manter o corpo funcional qualificado.

O benefício é concedido mediante critérios de elegibilidade definidos no Manual de Políticas da entidade. Em 2015, o programa contemplou cinco funcionários.



Funcionárias do CFC

Saúde, Segurança no Trabalho e Qualidade de Vida

Saúde e Bem-Estar

Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e o bem-estar geral dos funcionários, o CFC oferece benefícios, tais como: plano de saúde; plano odontológico; auxílio alimentação e refeição; vale-transporte; auxílio creche; licença acompanhante; licença aniversário; licença casamento; e licença para casos de falecimento.

Dia Nacional da Saúde

Em alusão ao Dia Nacional da Saúde, o CFC realizou diversas atividades voltadas à manutenção da saúde, como, por exemplo: aferição de pressão; medição de glicose; e orientação nutricional. O evento contou com a participação de, aproximadamente, 100 colaboradores do CFC.

Ginástica Laboral

Para minimizar o risco de doenças ocupacionais e evitar as Lesões por Esforços Repetitivos (LER), o CFC investe na prevenção, oferecendo aos funcionários a Ginástica Laboral. Essa ginástica é realizada por profissionais qualificados, duas vezes por semana, com a duração de 15 minutos cada.



Dia Nacional da Saúde



Ginástica laboral

Massagem Expressa

O CFC oferece aos seus colaboradores Massagem Expressa, técnica de Shiatsu, que tem duração de, aproximadamente, 15 minutos e visa reduzir o estresse e prevenir desconfortos musculares. São proporcionadas, mensalmente, 100 massagens.

Palestras

Como forma de contribuir para a prevenção de doenças e ampliar o conhecimento sobre questões de saúde e segurança do trabalho, o CFC promoveu palestras para tratar de temas variados, conforme segue: Sedentarismo e Suas Consequências; Acidentes Domésticos; Diabetes e Qualidade de Vida; Saúde, Lazer e Esporte.

Segurança no Trabalho

O CFC dispensa atenção especial à segurança no trabalho, mantendo uma equipe permanente de brigadistas, credenciados pelo Corpo de Bombeiros, os quais executam ações de prevenção e de emergência, principalmente na realização de primeiros socorros, controle de pânico e combate a princípios de incêndios. Além disso, o CFC possui controle de acesso às dependências e monitoramento eletrônico.

As Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho relativas à segurança e Medicina do Trabalho são devidamente observadas e cumpridas pelo CFC, principalmente a NR 9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e a NR 7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

Parcerias

Atualmente, o CFC possui 21 parcerias para concessão de desconto em diversos estabelecimentos que buscam ofertar condições especiais para que os funcionários tenham acesso a cursos, clubes, academias, restaurantes, entre outros.



Palestra sobre prevenção ao diabetes



Brigadistas

Balanco 2015 Socioambiental



Gestão de Registro, Fiscalização, Normatização e Educação Continuada

Apresenta as atividades promovidas pelo CFC que, direta ou indiretamente, impactaram no Registro, na Fiscalização, na edição de Normas Brasileiras de Contabilidade e na Educação Continuada.

Registro

A Vice-Presidência de Registro orienta e acompanha as atividades dos Conselhos Regionais no que se refere a registro profissional e organizações contábeis, Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) e Exame de Suficiência. Além disso, analisa e julga recursos de decisões dos CRCs em processos referentes à área contábil por meio da Câmara de Registro.

Registros Ativos

Em 31 de dezembro de 2015, havia um total de 532.065 profissionais registrados nos 27 CRCs. Desse total, 334.675 são contadores (62,90%) e 197.390 são técnicos em contabilidade (37,10%). Havia, na mesma data, 51.351 organizações contábeis registradas em todo o Brasil.

| | 2014 | 2015 |
|--------------------------|----------------|----------------|
| Contador | 317.288 | 334.675 |
| Técnico em Contabilidade | 191.210 | 197.390 |
| Total | 508.498 | 532.065 |
| Organizações | 45.348 | 51.351 |

Verificou-se um aumento de 4,63% no número de registros de profissionais e de 13,23% nas organizações contábeis, em relação ao ano anterior, constituindo, em valores absolutos, um acréscimo de 23.567 profissionais e 6.003 organizações contábeis.



Vice-Presidente de Registro,
Nelson Zafra (2014/2015)



Conselheiros da Câmara
de Registro (2014/2015)

Registros Ativos por Gênero

Do total de 532.065 profissionais ativos, 42,50% são do sexo feminino e 57,50% são do sexo masculino.

| 2015 | Homens | Mulheres |
|---------------------------|----------------|----------------|
| Contadores | 182.453 | 152.222 |
| Técnicos em Contabilidade | 123.470 | 73.920 |
| Total | 305.923 | 226.142 |

Registros Ativos por Região

Em 2015, em relação aos registros ativos, as regiões Nordeste e Sudeste tiveram um aumento de 5,17% e 4,67%, respectivamente, superando a média nacional de 4,63%. Observou-se, também, que a região Sudeste possui o maior número de profissionais registrados, representando 51,66% do total, enquanto a região Norte, o menor percentual (5,79%).

| Região | 2014 | 2015 | Aumento (%) |
|--------------|----------------|----------------|-------------|
| Norte | 29.620 | 30.837 | 4,11 |
| Nordeste | 80.070 | 84.211 | 5,17 |
| Sudeste | 262.595 | 274.870 | 4,67 |
| Sul | 91.467 | 95.665 | 4,59 |
| Centro-Oeste | 44.746 | 46.482 | 3,87 |
| Total | 508.498 | 532.065 | 4,63 |

Sistema de Processo Eletrônico de Registro (Sper)

O Sper se constituiu em um grande avanço na tramitação e julgamento dos processos referentes ao registro. Por ser totalmente eletrônico e *on-line*, deu celeridade e confiabilidade às decisões das Câmaras de Registro do Sistema CFC/CRCs.

Desde 2013, a utilização do Sper é obrigatória e tem como finalidade uniformizar, agilizar, dar maior segurança e eficácia no andamento dos processos por meio eletrônico. Todo o processo de solicitação de registros nos CRCs é inserido no sistema com as informações originais apresentadas pelos profissionais da contabilidade e, nos casos de indeferimento, o Conselho Federal utiliza o sistema para analisar os recursos. Em 2015, o CFC analisou 30 processos.

Diante das mudanças tecnológicas, o Sistema de Processo Eletrônico de Registro é constantemente aperfeiçoado, a fim de promover melhorias aos procedimentos de concessão, restabelecimento e baixa de registro dos profissionais e organizações contábeis.

Colaboradores do CFC



Revisão da Legislação Aplicada à Área de Registro

Dando seguimento ao processo de revisão de normas e procedimentos relacionados à área de Registro, em 2015, foram publicadas as seguintes Resoluções:

- Resolução CFC n.º 1.486/2015, que regulamenta o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC);
- Resolução CFC n.º 1.494/2015, que trata sobre o registro profissional de contadores;
- Resolução CFC n.º 1.495/2015, que dispõe sobre o Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI).

Jovens Lideranças

Considerando a importância da participação dos estudantes de Contabilidade e dos jovens profissionais no fortalecimento e desenvolvimento da classe contábil e da sociedade, o CFC instituiu a Comissão de Jovens Lideranças Contábeis, a fim de coordenar projetos que visem promover e incentivar a formação de lideranças comprometidas com a valorização profissional, o desenvolvimento de ações empreendedoras e a promoção da participação social.

Comissão Nacional de
Jovens Lideranças Contábeis



No ano de 2015, o Sistema CFC/CRCs realizou diversos encontros que contaram com o apoio, a organização e a participação da comissão, dentre os quais destacam-se: I Encontro de Jovens Lideranças Contábeis do Nordeste e o 2º Encontro Nacional de Jovens Lideranças, bem como mais de 20 encontros realizados em todo o Brasil pelas Comissões Estaduais.

Também foi destaque, no ano de 2015, a reedição do livro "Mensagem ao Futuro Profissional da Contabilidade". O conteúdo, que reúne informações básicas e úteis ao exercício profissional, foi organizado pela coordenação da Comissão Nacional de Jovens Lideranças do CFC.

O projeto Jovens Lideranças Contábeis atualmente está presente nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal e reúne cerca de 800 colaboradores diretos. Suas ações já alcançaram mais de 30 mil jovens profissionais e estudantes de Ciências Contábeis. Alguns dos objetivos do projeto são:

- despertar nos alunos de ensino médio (escolar) o interesse para o curso de Ciências Contábeis, demonstrando o valor da profissão;
- integrar os estudantes de Ciências Contábeis ao Sistema CFC/CRCs, por meio da sua participação nas atividades e ações dos Conselhos de Contabilidade;
- apoiar o Movimento dos Estudantes de Ciências Contábeis (Mecic), incentivando a participação dos acadêmicos;
- conscientizar o bacharel em Ciências Contábeis sobre a importância do registro profissional;
- disseminar entre os jovens profissionais a importância e a força política e social da classe contábil no Brasil;
- despertar a sociedade brasileira para a importância do profissional da contabilidade no cenário nacional;
- promover projetos de capacitação nas diversas áreas de atuação da profissão;
- promover e apoiar eventos e ações dos estudantes e dos jovens profissionais.

Outro enfoque do projeto são as ações desenvolvidas em conjunto com o Programa do Voluntariado da Classe Contábil (PVCC), que envolvem a orientação em relação ao orçamento familiar e aos Observatórios Sociais.

2º Encontro Nacional
de Jovens Lideranças

2º Encontro Nacional de Jovens Lideranças

O 2º Encontro aconteceu em paralelo com o X Encontro Nacional da Mulher Contabilista, em Foz do Iguaçu (PR). Contou com a participação de 14 dos 27 estados da Federação, nas suas diferentes palestras e painéis, que envolveram temas como: liderança contábil; oportunidades internacionais; *marketing* pessoal e *cases* de sucesso; e as oportunidades da profissão (Educação, Contabilidade Governamental, Perícia, Auditoria, Empreendedorismo Contábil e Voluntariado).



Cadastro Nacional de Profissionais da Contabilidade

Com a finalidade de proteger a sociedade da contratação de serviços por profissionais não habilitados, o CFC disponibiliza, na sua página da internet, um sistema de cadastro que permite pesquisar a situação do profissional (ativo ou não) pelo nome, número, tipo de registro, categoria (contador ou técnico em contabilidade) e localização.



Visita de estudantes da Fundação Carmelitana Mário Palmério (Fucamp), de Monte Carmelo (MG), à sede do Conselho Federal de Contabilidade, em Brasília (DF)

Visitas Escolares

Com o objetivo de aproximar os estudantes de Ciências Contábeis de todo o País com o Conselho Federal de Contabilidade, o programa Visitas Escolares, instituído pelo CFC, proporciona aos futuros profissionais a possibilidade de conhecerem as instalações do edifício sede e o trabalho que é realizado para a classe contábil brasileira.

Por ocasião da visita, os estudantes assistem a uma palestra sobre a estrutura da entidade, conhecem o Auditório, a Biblioteca, o Plenário e o Museu Brasileiro de Contabilidade, entre outras instalações.

Durante o ano de 2015, o Programa Visitas Escolares recebeu estudantes de seis faculdades e três universidades, totalizando 445 alunos e 25 professores.

| Processos Disponibilizados em 2015 | |
|---|------------|
| Autorização vinculada a credenciamento | 25 |
| Reconhecimento de curso | 40 |
| Renovação de reconhecimento de curso | 47 |
| Reconhecimento de curso EaD | 1 |
| Autorização | 32 |
| Autorização de EaD vinculada a credenciamento | 5 |
| Total | 150 |

Parceria entre CFC e SESu/MEC

Conforme disposto no Art. 37 do Decreto n.º 5.773, de 9 de maio de 2006, o Conselho Federal de Contabilidade possui parceria com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) para auxiliar nos processos de regulação e supervisão da educação superior, especificamente na área de Ciências Contábeis.

Para elaborar manifestações técnicas, o CFC instituiu uma comissão de especialistas que, por meio do Sistema e-MEC, disponibiliza os pareceres que irão compor o processo regulatório de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de Ciências Contábeis em todo o Brasil.

Em 2015, o MEC disponibilizou para análise do CFC **150** processos sobre a oferta de cursos de Ciências Contábeis

Exame de Suficiência

O Exame de Suficiência, aprovado pela Lei n.º 12.249/2010, tem por objetivo aferir os conhecimentos em relação aos conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de bacharelado em Ciências Contábeis.

É um instrumento que o CFC utiliza para assegurar que o recém-formado que ingressa no mercado de trabalho tenha as habilidades e competências necessárias pra atender a todas as demandas, assegurando informações contábeis cada vez mais seguras, precisas e éticas.

A partir dos resultados observados no Exame, as Instituições de Ensino Superior (IES) podem reavaliar a qualidade do ensino e, se necessário, promover alterações nas matrizes curriculares.

Foram realizadas, em 2015, duas edições do Exame de Suficiência.

| | Bacharel em Ciências Contábeis | | | Técnico em Contabilidade | | |
|-----------|--------------------------------|-----------|-------------|--------------------------|-----------|-------------|
| | Presentes | Aprovados | % Aprovação | Presentes | Aprovados | % Aprovação |
| 1ª edição | 38.022 | 20.713 | 54,48% | 11.059 | 3.952 | 35,74% |
| 2ª edição | 38.022 | 5.580 | 14,68% | - | - | - |

Considerando que os técnicos em contabilidade só poderiam ter se registrado até 1º de junho de 2015, conforme disposto na Lei n.º 12.249/2010, não foram aplicadas as provas para essa categoria na 2ª edição do Exame de Suficiência 2015.

Em razão do baixo índice de aprovação no Exame de Suficiência e visando contribuir para a melhoria desse resultado, o CFC vem promovendo discussões com os responsáveis das Instituições de Ensino Superior (IES), professores e coordenadores de cursos de Ciências Contábeis, para debater sobre os conteúdos programáticos cobrados nas provas e o desempenho desses conteúdos nas edições do Exame. O Encontro Nacional de Coordenadores e Professores dos Cursos de Ciências Contábeis (ENCPCCC), realizado todos os anos, é um exemplo dessa iniciativa do CFC.

Entre as diversas ações, os Conselhos Regionais (CRCs) também disponibilizam, de forma personalizada, para as IES da sua jurisdição, um relatório com o número de inscritos, presentes, aprovados e reprovados. Essas informações servem para subsidiar as IES, por meio da observação dos resultados, nos processos de tomada de decisão, quanto ao aperfeiçoamento dos cursos de Ciências Contábeis.



2ª edição do Exame de Suficiência

Fiscalização

A fiscalização – uma das prerrogativas do Conselho Federal de Contabilidade – atua como fator de proteção da sociedade, de acordo com os preceitos legais, por meio de direcionamento das políticas e diretrizes e pelo controle das ações desenvolvidas no Sistema CFC/CRCs. O objetivo é contribuir para a difusão das normas e valorização da profissão contábil e dos princípios éticos.

Ações de Fiscalização do Sistema CFC/CRCs

A atividade fiscalizadora visa, primordialmente, valorizar a imagem da profissão, como também a proteção ao usuário da contabilidade. Para isso, torna-se necessário conscientizar individual e coletivamente a classe, no sentido de valorizar cada um de seus membros, valendo-se, para tal fim, dos meios restritivos e coercitivos que se justifiquem e se coadunem com a dignidade, a responsabilidade e o respeito aos princípios profissionais, fazendo prevalecer sua autoridade, no sentido de que as ações fiscalizatórias resultem em benefício à sociedade.

Por esse motivo, deve a Fiscalização:

- zelar para que sejam observadas as leis, os princípios e as normas reguladoras do exercício da profissão contábil;
- estimular a exatidão, a probidade e a diligência na prática da contabilidade, salvaguardando o prestígio e o bom conceito dos que a exercem;
- cooperar para a integração profissional e a consolidação dos princípios éticos; e
- atuar como fator de proteção aos usuários das informações contábeis.

A fiscalização dos Conselhos de Contabilidade tem por objetivo verificar a regularidade cadastral e o contrato de prestação de serviços, bem como a execução de trabalhos técnicos privativos dos profissionais da contabilidade, entre eles: auditoria contábil, perícia contábil, contabilidade e emissão de Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos (Decore).

As ações fiscalizatórias são desenvolvidas com objetivo de que, em um ciclo de três anos, todas as organizações contábeis do estado sejam fiscalizadas pelo menos uma vez.

Em 2015, a Fiscalização iniciou uma nova rotina de trabalho nos CRCs por meio de uma fiscalização a distância, via *web*. Foram realizadas, no âmbito do Sistema CFC/CRCs, 52.564 diligências presenciais e por meio eletrônico, sendo emitidas 36.707 notificações e abertos 11.986 processos administrativos.

O processo de fiscalização eletrônica inicia-se com a seleção dos escritórios, que pode ocorrer por diferentes critérios (localização, intervalo de tempo, etc.). Após o agendamento com a definição de prazos, segue-se com os trâmites de preenchimento de relatórios, documentação comprobatória, para realização de procedimentos fiscalizatórios virtuais. Em caso de não atendimento à fiscalização eletrônica, no prazo de dez dias, o profissional passará por fiscalização presencial.



Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina,
Luiz Fernando Nóbrega (2014/2015)

Ações realizadas no Sistema CFC/CRCs

| | |
|------------------------|--------|
| Diligências: | 52.564 |
| Notificações emitidas: | 36.707 |
| Processos abertos: | 11.986 |

Escola de Fiscais do Sistema CFC/CRCs

O projeto é composto pela produção de vídeos visando à capacitação dos fiscais por meio de um processo educacional de aprendizagem, que tem por objetivo permitir o desenvolvimento profissional no desempenho das atividades fiscalizatórias.

Com isso, o Conselho Federal de Contabilidade visa estabelecer um programa de formação e aperfeiçoamento de fiscais, de modo a atender à necessidade do Sistema CFC/CRCs por meio de profissionais mais capacitados e de um trabalho mais eficiente na sua atividade principal, a Fiscalização.

A Escola de Fiscais foi projetada dentro de um sistema moderno de aprendizagem constante, eficiente e eficaz, com obtenção de melhores resultados em relação aos recursos financeiros investidos, e que venha trazer uma maior efetividade das atividades fiscalizatórias desenvolvidas pelos Regionais.

Em 2015, foram editados dois vídeos, e o projeto prevê a ampliação para todas as áreas do conhecimento fiscal.

Outra preocupação do CFC é com o desenvolvimento humano dos participantes. A formação dos fiscais incluirá disciplinas como: comunicação e expressão, oratória, postura profissional, entre outras.



Conselheiros da
Câmara de Fiscalização,
Ética e Disciplina
(2014/2015)

Revisão da Legislação Aplicada à Fiscalização

A legislação da profissão contábil é dinâmica, e a Fiscalização precisa se adequar às novas realidades do mercado. Nesse sentido, o CFC realizou, ao longo do exercício de 2015, diversas revisões de resoluções e outros atos normativos relativos à fiscalização, com a finalidade de atualizar a legislação da área.

Um destaque desse trabalho foi o resgate de súmulas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Após análises e estudos de decisões reiteradas pela Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina, foram revogadas seis e aprovadas cinco súmulas.

Outra revisão importante foi a Resolução n.º 1.364/2011, que institui a Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos (Decore). A atualização dessa resolução tem o objetivo de ampliar o rol de documentos comprobatórios que servem de base legal para a emissão da Decore, bem como instituir o *upload* da base legal no momento da emissão do documento, para permitir que o profissional preste contas sem a necessidade do bloqueio da emissão. Soma-se a isso a necessidade de aposição da assinatura digital para sua emissão e que, por meio de Convênio entre CFC e Receita Federal do Brasil (RFB), as Decores emitidas estarão disponíveis para consulta da Receita Federal.

Em 2015, foi reformulada a Resolução n.º 987/2003, que regulamenta a obrigatoriedade do contrato de prestação de serviços contábeis, no qual foi incluído no distrato a possibilidade de firmar o Termo de Transferência de Responsabilidade Técnica.



Colaboradores do CFC

Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE)

Conhecida como “Revisão dos Pares”, a Revisão Externa de Qualidade constitui-se de um processo de acompanhamento e controle dos serviços de auditoria independente, que tem por finalidade alcançar excelência no desempenho profissional.

Em razão disso, o CFC e o Ibracon instituíram o CRE, com o objetivo de avaliar os procedimentos adotados pelos auditores independentes e pelas empresas de auditoria, visando assegurar a qualidade dos trabalhos desenvolvidos, mediante o atendimento ao estabelecido nas NBCs Técnicas e Profissionais editadas pelo CFC e, na falta dessas, nos pronunciamentos do Ibracon, e, quando aplicável, nas normas emitidas por órgãos reguladores.

A “Revisão pelos Pares” está normatizada pela Resolução CFC n.º 1.323/2011, que aprova a NBC PA 11 – Revisão Externa de Qualidade pelos Pares. Essa norma aplica-se, exclusivamente, aos auditores cadastrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O projeto funciona em ciclos de quatro anos, divididos em programas anuais. Cada auditor deve se submeter, no mínimo, uma vez a cada ciclo. Dessa forma, a meta anual do CRE é de indicar pelo menos 25% dos auditores para se submeterem ao programa. Os auditores são selecionados, desde o programa de 2013, por intermédio de sorteio público e sistema informatizado de amostragem aleatória.

Em 2015, foram realizadas seis reuniões. Para atender ao programa de revisão dos pares, foram selecionados 160 auditores independentes, sendo 27 pessoas físicas e 133 jurídicas. Foram analisados 136 processos, sendo 125 aprovados e 11 não aprovados, com cinco recursos pendentes de decisão.

Sistema Público de Escrituração Digital (Sped)

O Sped é uma solução tecnológica que oficializa, dentro de um formato específico e padronizado, os arquivos digitais das escriturações fiscal e contábil dos sistemas empresariais. Tem por objetivo reduzir custos com a dispensa de impressão e armazenamento de documentos em papel e com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias; uniformizar as informações que o contribuinte prestará às diversas unidades federadas; fortalecer o controle e a fiscalização, por meio de intercâmbio de dados entre as administrações tributárias; e preservar o meio ambiente, pela redução do consumo de papel.

O Sped representa uma iniciativa integrada das administrações tributárias nas esferas governamentais – federal, estadual e municipal – e é composto pelos subprojetos Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), por meio dos quais o CFC mantém acordo de cooperação técnica com a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda.



O grupo assessor do CRE, constituído por funcionários do CFC, realizou **36** diligências *in loco* no ano de 2015



Em 2015, o Grupo de Trabalho realizou cinco fóruns em conjunto com a Receita Federal do Brasil, para discussões relativas ao ECF, ECD, eSocial, implantação do Bloco K, registro do controle e produção de estoques, entre outros.

Normatização

O Conselho Federal de Contabilidade, no uso das suas atribuições e legitimado pela Lei n.º 12.249/2010, é o órgão normatizador da profissão, pois elabora e revisa normas de natureza técnica e profissional da área contábil.

Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs)

Em 2015, foram revisadas as seguintes normas técnicas gerais:

- NBC TG 01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- NBC TG 04 Ativo Intangível
- NBC TG 06 Operações de Arrendamento Mercantil
- NBC TG 18 Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto
- NBC TG 19 Negócios em Conjunto
- NBC TG 20 Custos de Empréstimos
- NBC TG 21 Demonstração Intermediária
- NBC TG 22 Informações por Segmento
- NBC TG 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis
- NBC TG 27 Ativo Imobilizado
- NBC TG 28 Propriedade para Investimento
- NBC TG 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola
- NBC TG 31 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada
- NBC TG 33 Benefícios a Empregados
- NBC TG 36 Demonstrações Consolidadas
- NBC TG 37 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
- NBC TG 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação
- NBC TG 45 Divulgação de Participações em Outras Entidades



Vice-Presidente Técnica,
Verônica Cunha de Souto Maior (2014/2015)



Conselheiros da
Câmara Técnica (2014/2015)



Foi editada a seguinte orientação técnica simplificada para PMEs:

- OTG 1000 Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

Foi revisada a seguinte interpretação técnica específica:

- ITG 2002 Entidade sem Finalidade de Lucros

Foram editadas e revisadas as seguintes normas e comunicados técnicos aplicados à área de auditoria:

- NBC TA ESTRUTURA CONCEITUAL Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração
- NBC TO 3000 Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão
- NBC TO 3420 Trabalho de Asseguração sobre a Compilação de Informações *Financeiras Pro Forma* Incluídas em Prospecto
- CTA 02 Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
- CTA 22 Procedimentos de Auditoria a serem Considerados para Aplicação do CTG 08
- CTA 23 Emissão de Carta-Conforto em Processo de Oferta de Títulos e Valores Mobiliários

Foram revisadas as seguintes normas profissionais:

- NBC PG 12 Educação Profissional Continuada
- NBC PA 13 Exame de Qualificação Técnica

Foram, também, revisadas as seguintes normas técnicas e profissionais aplicáveis aos peritos contábeis:

- NBC TP 01 Perícia Contábil
- NBC PP 01 Perito Contábil

Além das normas acima, foi editada a Resolução CFC n.º 1.501/2015, que altera para 1º de janeiro de 2017 a adoção obrigatória da classificação das cotas de cooperados em sociedades cooperativas no passivo.



Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Gestão de
Registro,
Fiscalização,
Normatização
e Educação
Continuada

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC, criado pela Resolução CFC n.º 1.055/2005, foi idealizado a partir da união de esforços e objetivos comuns da Abrasca, Apimec, BM&FBOVESPA, CFC, Ibracon e Fipecafi. Tem por finalidade atender à convergência internacional das normas contábeis e centralizar a emissão das referidas normas, observando a representação de processo democrático na produção dessas informações, envolvendo os elaboradores da informação contábil, auditores, usuários, academia, agentes de intermediação e o Governo.



O trabalho do CPC envolve o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos, suas interpretações e orientações sobre procedimentos de contabilidade societária e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir que as normas emanadas pelas entidades reguladoras brasileiras estejam uniformizadas no seu processo de produção.

A convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais (IFRS, na sigla em inglês), ocorrida nos últimos anos, está completa. Presentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis dirige seus esforços na revisão dos Pronunciamentos Técnicos já emitidos. A convergência, que é baseada em princípios, melhorou a qualidade das informações e a valorização dos profissionais da contabilidade.

Durante o ano de 2015, o Comitê editou o documento "Revisão CPC n.º 08", em que foram revisados 18 pronunciamentos, e ainda encaminhou ao IASB 21 cartas-comentários sobre diversos assuntos contábeis em resposta a *Exposure Drafts* (ED) e *Discussion Papers* (DP).

Além disso, a Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (FACPC) promoveu o XII Seminário Internacional CPC sobre Normas Contábeis Internacionais, em novembro, abordando diversos aspectos relevantes da contabilidade.



Reunião do Comitê de
Pronunciamentos Contábeis (CPC)

Revisão de Aspectos Contábeis Específicos para Entidades sem Finalidade de Lucro

Em 2015, foi revisada a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, visando esclarecer sobre o reconhecimento e divulgação de imunidade, isenção e redução de tributos concedidos pelos órgãos públicos, bem como do trabalho voluntário.

Foi editado também o "Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor", que aborda aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social (associações, fundações, organizações religiosas), que está disponível para a sociedade em formato eletrônico no portal do CFC.

Educação Continuada

A Educação Continuada – normatizada pela Lei n.º 12.249/2010 – se caracteriza como um processo fundamental para o cumprimento de uma das finalidades institucionais do Sistema CFC/CRCs e tem por objetivo construir e desenvolver competências para qualificar, atualizar e aprimorar o conhecimento dos profissionais.

Educação Profissional Continuada (EPC)

O Conselho Federal de Contabilidade, atendendo às prerrogativas da Lei n.º 12.249/2010 e comprometido com a capacitação dos profissionais da contabilidade, despende expressivos esforços para atualizar, aprimorar e expandir os conhecimentos técnicos e profissionais, as habilidades e as competências indispensáveis à qualidade e ao pleno atendimento às normas que regem o exercício da atividade de auditoria independente.

Em 2015, a norma que regulamenta a Educação Profissional Continuada (EPC) foi reformulada, resultando na NBC PG 12 (R1). Dentre as alterações, destaca-se a ampliação do alcance da norma – a partir do exercício de 2016 – aos profissionais responsáveis técnicos pelas demonstrações contábeis, ou que exerçam funções de gerência/chefia na área da contabilidade das empresas sujeitas à contratação de auditoria independente pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Banco Central do Brasil (BCB), pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) ou empresas consideradas de grande porte nos termos da Lei n.º 11.638/2007 (sociedades de grande porte).

Os auditores independentes, já contemplados na norma, estão obrigados a cumprir, no mínimo, 40 pontos anuais, sendo que, destes, no mínimo, 20% devem ser cumpridos com atividades de aquisição de conhecimento. Essa pontuação deve ser oriunda de cursos e eventos, desde que devidamente aprovados pelo CFC, cursos de pós-graduação (*strictu e lato sensu*) oferecidos por instituição de ensino superior credenciada pelo Ministério da Educação (MEC) e cursos de extensão.

Ainda são válidas, para fins de Educação Profissional Continuada, as atividades de docência em disciplinas ou cursos cujos temas sejam relacionados à EPC, participação em comissões técnicas, orientação de tese, dissertação ou monografia. Também podem ser computados pontos referentes à produção intelectual por meio de publicação de artigos em revistas nacionais e internacionais; estudos e trabalhos de pesquisa apresentados em congressos nacionais ou internacionais; e autoria, coautoria e/ou tradução de livros publicados.

Em 2015, foram realizadas seis reuniões da Comissão de Educação Profissional Continuada do CFC (CEPC-CFC), para análise dos 548 processos protocolados. Como resultado, obteve-se o credenciamento de 1.879 eventos/cursos.



Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional, Zulmir Ivânio Breda (2014/2015)

Atingiram a pontuação prevista no Programa, em 2015, um total de **2.988** auditores



Conselheiros da Câmara de Desenvolvimento Profissional e Institucional (2014/2015)

Colaboradores do CFC



Destaca-se que, até o exercício de 2015, o projeto promoveu o credenciamento de 474 entidades capacitadoras para o Programa de Educação Profissional Continuada.

Além disso, o CFC desenvolveu as seguintes ações, em 2015, a fim de incentivar os 27 Conselhos Regionais de Contabilidade a promoverem o Programa de Educação Profissional Continuada e a divulgarem as alterações da norma, previstas para 2016:

- Realização do Seminário para Vice-Presidentes de Desenvolvimento Profissional, em Brasília (DF), com o objetivo de esclarecer sobre o Programa e a nova abrangência para o ano de 2016.
- Realização de Treinamento Operacional do Programa de Educação Profissional Continuada, em Brasília (DF), com a finalidade de apresentar o funcionamento do Sistema Web de Educação Profissional Continuada e os procedimentos para a instrução processual.

Cadastro Nacional de Auditores Independente (CNAI)

O Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), previsto na Resolução CFC n.º 1.495/2015, tem por objetivo cadastrar os contadores que atuam no mercado de auditoria independente, permitindo aos órgãos reguladores conhecer a distribuição geográfica desses profissionais. A aprovação no Exame de Qualificação Técnica (EQT) é pré-requisito para ingresso automático no CNAI, e a permanência do inscrito no cadastro ocorre mediante a comprovação, anual, da sua participação no Programa de Educação Continuada, nos termos estabelecidos na NBC PG 12 (R1).

Em 2015, foram inscritos 408 auditores no CNAI, tendo em vista a aprovação no Exame de Qualificação Técnica Geral (QTG). No mesmo exercício, foram baixados 175 auditores do cadastro, sendo 155 por não cumprimento ao Programa de Educação Profissional Continuada e 20 por solicitação.

Exame de Qualificação Técnica (EQT)

Instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade, por meio da NBC PA 13 (R2), o Exame de Qualificação Técnica (EQT) é necessário para obtenção do registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) pelos profissionais da contabilidade. Além disso, é um requisito para atuação na área da Auditoria Independente.

O exame, criado pelo CFC e o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), tem por objetivo elevar o conhecimento e a competência técnico-profissional do contador brasileiro, e estimular o aperfeiçoamento do profissional na execução dos trabalhos a serem desenvolvidos na área da Auditoria Independente.

O Exame de Qualificação Técnica é composto de 3 tipos de provas escritas, contemplando questões objetivas e dissertativas:

- prova de Qualificação Técnica Geral (QTG) para os contadores que pretendam atuar em auditoria de instituições reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- prova Específica para Atuação em Auditoria nas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB); e
- prova Específica para Atuação em Auditoria nas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Em 2015, foi realizada uma edição do Exame de Qualificação Técnica, com os seguintes quantitativos e resultados:

| | QTG | BCB | Susep |
|-----------|--------|--------|--------|
| Inscritos | 1.223 | 248 | 97 |
| Presentes | 996 | 206 | 97 |
| Aprovados | 408 | 83 | 9 |
| Aprovação | 40,96% | 40,29% | 12,50% |



Reunião da Comissão Administradora do Exame (CAE)

Gestão de Registro, Fiscalização, Normatização e Educação Continuada

A NBC PA 13 (R2) dispõe, a partir do exercício de 2016, que o Exame de Qualificação Técnica será composto de quatro tipos de provas, sendo elas:

- prova de Qualificação Técnica (QTG);
- prova Específica da Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- prova Específica para Atuação em Auditoria nas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB); e
- prova Específica para Atuação em Auditoria nas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

A aprovação na prova de Qualificação Técnica Geral é requisito para a realização das provas específicas (CVM, BCB e Susep).

O objetivo da alteração da metodologia do Exame de Qualificação Técnica foi aumentar a abrangência das ações do Sistema CFC/CRCs; escalonar o controle sobre os profissionais que atuam em auditoria; estimular os profissionais iniciantes a procurarem o ingresso no CNAI e, consequentemente, aderirem ao PEPC; e fortalecer o CNAI perante as entidades reguladoras (CVM, BCB e Susep) e a sociedade como um todo.

Eventos realizados pelo Sistema CFC/CRCs

Colaboradores do CFC



O CFC tem por objetivo propiciar o desenvolvimento do Programa de Educação Continuada, apoiando a realização de eventos e cursos com temas voltados à área da Contabilidade, de forma a capacitar o profissional da contabilidade para o eficiente desempenho de suas atividades.

Apoio à Realização de Eventos da Área Contábil

O projeto apoia, por meio dos CRCs, a realização de eventos da área contábil de duas formas:

- Realização de fóruns, seminários, congressos, convenções, mesas-redondas e eventos paralelos com vistas a debater temas de interesse contábil, contribuindo com a operacionalização logística de palestrantes. Em 2015, o CFC apoiou a realização de 50 eventos promovidos pelos CRCs, custeando as despesas com diárias e passagens para 124 palestrantes.
- Realização de até quatro palestras e quatro cursos por CRC, mediante o repasse de recursos previamente orçados em projeto específico, no valor de até R\$2.000,00 (dois mil reais) por evento, condicionado à apresentação de prestação de contas. O CFC apoiou, em 2015, a realização de quatro palestras e 11 cursos.

O Sistema CFC/CRCs realizou **3.481** eventos, em 2015, com **211.608** participantes



Projeto Mulher Contabilista

O projeto alcança fundamental importância à medida que promove a inserção da mulher no desenvolvimento da classe contábil e da sociedade. O CFC atua no aprimoramento técnico-cultural,

desenvolvendo ações de incentivo a uma maior participação das mulheres contabilistas na vida social e política do País, como forma de destacar seu papel e sua importância, impulsionando-as ao empreendedorismo.

O CFC apoiou a realização de fóruns, seminários e encontros em diversos estados no Brasil, com destaque para o X Encontro Nacional da Mulher Contabilista, realizado em 2015, em Foz do Iguaçu (PR).



X Encontro Nacional da Mulher Contabilista



O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), em parceria com a Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) e com o apoio da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) e dos

Conselhos Regionais de Contabilidade, além de diversos patrocinadores, realizaram a décima edição do Encontro Nacional da Mulher Contabilista (ENMC) nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 2015, em Foz do Iguaçu, no Paraná, sob o lema: "Mulher: Energia, Conhecimento e Arte".

O evento contou com a participação de 1.994 pessoas, entre profissionais e estudantes. Dentro de sua programação, foram realizados dois painéis, duas palestras, um *talkshow* e apresentações culturais. Alguns temas discutidos foram: Liderança focada em Resultados e a Estratégia da Gestão de Pessoas; Governança e Sucessão em Empresas Familiares; e Novo Mercado para Área Contábil: como se manter neste Mercado Competitivo.

O Encontro, além de difundir conhecimentos técnicos, possibilitou a seus participantes uma oportunidade singular de abordar a pluralidade de informações tão relevantes para o universo feminino.

Paralelamente à programação do X Encontro Nacional da Mulher Contabilista, aconteceu o Encontro Nacional de Jovens Lideranças Contábeis, no qual participaram representantes da área pública e estudantes de Ciências Contábeis, respectivamente.

X Encontro Nacional da Mulher Contabilista



**Gestão de
Registro,
Fiscalização,
Normatização
e Educação
Continuada**

X Encontro Nacional de Coordenadores e Professores do Curso de Ciências Contábeis (ENCPCCC)



O Encontro teve por objetivo aproximar o CFC das Instituições de Ensino Superior (IES) para discutir a qualidade do ensino e as tendências da profissão, além de debater os principais desafios dos cursos de Ciências Contábeis.

O Conselho Federal de Contabilidade, em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG) e a Academia Brasileira de Ciências Contábeis, realizaram o X Encontro Nacional de Coordenadores e Professores do Curso de Ciências Contábeis, em Belo Horizonte (MG).

Nesta edição, o Encontro contou com cerca de 200 participantes e, na sua programação, realizou quatro painéis e três palestras, os quais abordaram os seguintes temas: a Pós-Graduação e a Formação Docente; Diretrizes Curriculares e Novas Proposições; Diretrizes do Enade e Alteração da Legislação Contábil: como incorporar no Ensino da Contabilidade; Abordagem sobre a Problemática do Fies e Questões Pertinentes ao Financiamento das IES; Retenção de Talentos; e Panorama da Educação a Distância no Brasil. Além disso, foi realizada a entrega do prêmio Olívio Koliver.



X Encontro Nacional de Coordenadores e Professores do Curso de Ciências Contábeis (ENCPCCC)

1º Encontro de Gestores Públicos

O Encontro realizado em Maceió (AL) pelo CFC e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em parceria com a Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) e a Controladoria-Geral da União (CGU), trouxe o tema "A Contabilidade a Serviço da Transparência".

O objetivo do evento foi capacitar gestores públicos no que se refere às NBC TSPs, ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e a outros normativos, além de sensibilizar os gestores sobre a importância da utilização de ferramentas úteis de aplicação dos recursos públicos.

A programação do Encontro contou com cinco palestras: A Convergência aos Padrões Internacionais da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e os Benefícios para o Ente Público e para a Sociedade; Operacionalização das Transferências Voluntárias da União e o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (Cauc); Aspectos Estratégicos e Operacionais do Envio de Informações Obrigatórias para a Consolidação das Contas Públicas por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público; Análise de Pleitos de Operações de Crédito, Cadastro da Dívida Pública (CDP) e o Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (Sadipem); e A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Gestão Fiscal: Obrigações e Responsabilidades dos Gestores Públicos.

Seminário Regional de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Instituto Social Iris, em parceria com os Conselhos Regionais de Contabilidade, e os apoiadores institucionais da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a Escola de Administração Fazendária (ESAF) realizaram o Seminário Regional de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público nas cinco regiões do País, capacitando 462 profissionais e estudantes da área da Contabilidade.

O seminário buscou estimular a criação e a consolidação de um ambiente de debate focado no desenvolvimento e implantação de um modelo inovador e ousado de Sistema de Informação de Custos (SIC) para estados e municípios, além de divulgar o SIC do Governo federal, destacando sua interação com seus sistemas estruturantes e a necessidade de implantar setoriais como fator agregador de valor no que se refere à informação de custos para o setor público.

Os eventos foram transmitidos ao vivo pela internet com apoio do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), visando à participação da sociedade.

| Região | Local | Participantes |
|--------------|--------------------|---------------|
| Sudeste | São Paulo (SP) | 83 |
| Sul | Florianópolis (SC) | 60 |
| Nordeste | Aracajú (SE) | 83 |
| Norte | Manaus (AM) | 108 |
| Centro-Oeste | Cuiabá (MT) | 128 |

Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios (Secofem)

A parceria firmada entre o Conselho Federal de Contabilidade e a Secretaria do Tesouro Nacional resultou na realização de três edições da Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios (Secofem), em 2015. Os eventos tiveram como propósito reciclar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos em Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em Demonstrativos Fiscais e em outros assuntos afins, nos âmbitos estadual e municipal, por meio de módulos diários e oficinas específicas.

O público-alvo foi os servidores e/ou gestores públicos dos estados, municípios e Tribunais de Contas que atuam em rotinas de contabilidade e responsabilidade fiscal, bem como profissionais que lidam com Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Desta forma, a qualificação dos gestores públicos e dos profissionais da área contábil foi uma forma de valorização do papel da Contabilidade como fator de proteção da sociedade.

As edições foram realizadas nas cidades de Maceió (AL), Rio de Janeiro (RJ) e Cuiabá (MT) e contaram com a participação de aproximadamente 1.200 profissionais.

II Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios (Secofem)



**Gestão de
Registro,
Fiscalização,
Normatização
e Educação
Continuada**

Convenções e Eventos realizados pelos CRCs com o Apoio do CFC

Em 2015, o CFC apoiou a realização de convenções e eventos visando debater temas de interesse dos profissionais da contabilidade.

VII Encontro de Contabilidade da Amazônia Legal

O evento teve como principal objetivo agregar conhecimento à sociedade e à classe contábil de todo o País, por meio da abordagem, discussão, reflexão e debate de temas voltados para as políticas de desenvolvimento sustentável, necessárias para o crescimento equilibrado da Amazônia Legal. O Encontro contou com a participação de 297 pessoas.

XII Convenção de Contabilidade do Estado da Bahia

Em sua 12ª edição, a Convenção proporcionou a discussão sobre temas atuais e tendências que conduzem ao desenvolvimento da Contabilidade como ciência social aplicada, por meio de palestras, as quais transmitiram informações de extrema importância acerca da profissão contábil e suas áreas.

A Convenção da BA contou com um público de **528** participantes

XI Convenção de Contabilidade de Goiás

A Convenção teve como principal objetivo abordar temas de alta relevância para os profissionais e acadêmicos de contabilidade do estado e de todo País, desenvolvidos por palestrantes com comprovado conhecimento na área. O evento é realizado a cada dois anos pelo CRCGO e, em sua 11ª edição, contou com a presença de 480 pessoas.

XXIX Convenção da Contabilidade do Estado de Santa Catarina (Contesc)

Com o lema "Contabilidade: Inovando e Construindo o Futuro", durante três dias de evento, cerca de 1.000 participantes, entre profissionais e estudantes de Ciências Contábeis, palestrantes de renome internacional e convidados estiveram reunidos em Florianópolis (SC) para um grande encontro em busca do fortalecimento da classe.



XII Convenção de Contabilidade do Estado da Bahia



XXIX Convenção da Contabilidade do Estado de Santa Catarina (Contesc)

XII Encontro Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis (ENCC)

Com o objetivo central de gerar e incentivar a produção científica acerca de temas que promovam avanços na ciência e na profissão contábil, o evento trouxe debates acerca das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao setor Privado, Público, Terceiro Setor, Auditoria, Perícia, Sped e Responsabilidade Socioambiental. Sob o lema “Contabilidade: Convergência, Liderança e Tecnologia”, o encontro reuniu mais de 800 participantes.

10ª Convenção de Contabilidade de Minas Gerais

Cerca de 750 pessoas, entre profissionais da contabilidade, estudantes de Ciências Contábeis, autoridades e conselheiros do Sistema CFC/CRCs, participaram da 10ª Convenção em Uberlândia. O evento teve como lema “Contabilidade: Informação, Conhecimento e Habilidade” e representou um momento importante para estimular a reflexão sobre a responsabilidade dos profissionais quanto à qualidade das informações contábeis.

12º Encontro Nordestino de Contabilidade (Enecon)

“Desafios da Contabilidade: Gestão, Tecnologia, Riscos e Perspectivas” foi o lema escolhido para este Enecon. O foco das discussões foi direcionado a questões que norteiam a profissão contábil e que repercutem nos serviços prestados à sociedade, demonstrando que a contabilidade pode ser um instrumento de incentivo ao desenvolvimento socioeconômico. Participaram da 12ª edição do evento cerca de 800 pessoas.

57ª Convenção dos Profissionais da Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro

A 57ª Convenção dos Profissionais da Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, que trouxe o lema “A Contabilidade como instrumento da Democracia”, teve por finalidade atualizar e promover a capacitação técnica dos profissionais sobre os mais importantes e recentes assuntos da profissão, por meio de palestras, painéis e debates. O evento contou com a participação de mais de 500 pessoas.

V Convenção Paraibana de Contabilidade

Em 2015, a V Convenção Paraibana de Contabilidade, que trouxe o lema “Ética e Tecnologia”, teve como objetivo mostrar aos usuários da contabilidade e à sociedade em geral a importância da ética associada à tecnologia. Cerca de 460 pessoas prestigiaram o evento.



12º Encontro Nordestino de Contabilidade (Enecon)



V Convenção Paraibana de Contabilidade

**Gestão de
Registro,
Fiscalização,
Normatização
e Educação
Continuada**

VIII Encontro Maranhense de Contabilidade (Emac)

O evento teve por finalidade aprimorar os conhecimentos dos profissionais da contabilidade e dos estudantes do curso de Ciências Contábeis, além de estimular a discussão e a reflexão sobre matérias atuais e relevantes para a classe contábil, com um nível de capacitação e qualificação técnica exigida pelo mercado de trabalho. Participaram do Encontro 274 pessoas.

24ª Convenção dos Profissionais da Contabilidade do Estado de São Paulo

Mais de 1.500 pessoas participaram da 24ª Convenção de Contabilidade do Estado de São Paulo, que teve por objetivo gerar o desenvolvimento e valorização profissional da classe contábil paulista, por meio de palestras ministradas por grandes nomes da Contabilidade do País.

I Encon Norte/Encontro de Contabilidade do Tocantins - Região Norte

O evento agregou conhecimento a cerca de 160 profissionais e acadêmicos da região norte do Tocantins, por meio de palestras e debates com profissionais renomados da Contabilidade, que discutiram assuntos inerentes à área empresarial e contábil do estado.

XV Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul

Focada no tema "Contabilidade: o Poder da Informação em suas Mãos", a Convenção abriu espaço para aprofundar discussões e analisar os cenários da profissão como fonte de informação fundamental para a gestão. Oportunizou a construção coletiva de conhecimentos para gerar resultados mais eficientes que atendam aos anseios da profissão e da sociedade.

Um público de mais de **1.600** pessoas participou da Convenção

XV Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul



Eventos realizados por outras instituições com apoio do CFC

Com vistas a ampliar o processo de capacitação e desenvolvimento dos profissionais da contabilidade, o CFC apoia diferentes eventos realizados por outras instituições.

6º Encontro Nacional dos Observatórios Sociais

Realizado em Brasília (DF), o Encontro, organizado pelo Observatório Social do Brasil (OSB), sob a temática "Todos pela eficiência da gestão pública", possibilitou a discussão sobre transparência, controle social e legislação. No evento, estiveram presentes mais de 350 pessoas de todos os estados brasileiros.

IX Congresso Anpcont

O Congresso é um evento de importante significado acadêmico-científico da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Realizado em Curitiba (PR), proporcionou a interação da comunidade acadêmica, pesquisadores, professores e estudantes, representando um meio de divulgação da produção técnico-científica na área das Ciências Contábeis.

Os participantes, aproximadamente 300 pessoas, puderam conferir palestras, painéis, sessões temáticas, *workshops*, mostra de iniciação científica e os consórcios Doutoral e Mestral.

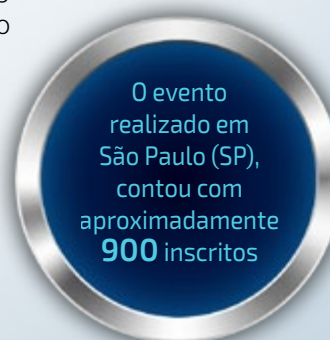
XV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e XII Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade

Com o objetivo de promover o intercâmbio de estudos e experiências e a divulgação de ideias sobre a teoria e a prática de Controladoria e Contabilidade, o evento aproximou profissionais deste segmento e pesquisadores acadêmicos em momentos como apresentações de trabalhos, realização de *workshops* e palestras com temáticas envolvendo novas perspectivas na pesquisa contábil.

Todas as áreas específicas abrangidas pela expressão "Controladoria e Contabilidade" foram abordadas no evento, como, por exemplo: Contabilidade Societária; Contabilidade Internacional; Contabilidade de Custos; Contabilidade Gerencial; Orçamentos; Contabilidade de Entidades Governamentais; Controladoria e Logística; Métodos Quantitativos em Contabilidade; Auditoria; Perícia; Teoria da Contabilidade; Contabilidade e Tributação; Governança Corporativa; entre outras, trazendo em sua programação nomes de atuação profissional nacional e internacional.



6º Encontro Nacional dos Observatórios Sociais



**Gestão de
Registro,
Fiscalização,
Normatização
e Educação
Continuada**

16ª Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Conescap)

Olinda (PE) foi a anfitriã do maior evento do setor empresarial de serviços do País: a 16ª Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Conescap). Participaram do evento cerca de 1.500 pessoas.

Promovida pela Fenacon, com o tema "As Empresas de Serviços, o Governo e a Sociedade em Debate", a Convenção proporcionou o aprimoramento profissional, atualização de conceitos e troca de experiências. Foi realizado um ciclo de painéis, oficinas e palestras, que abordaram assuntos da atualidade voltados para o debate técnico, político, econômico e social.



9º Seminário Empreender 2015

9º Seminário Empreender 2015

O Seminário Empreender é considerado o maior evento de Empreendedorismo da região Nordeste, com foco na micro e pequena empresa e no empreendedor individual. O seminário nasceu junto com a vigência da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, há oito anos, e, desde então, certificou cerca de 32 mil participantes no Estado do Ceará.

"Seja Competitivo. No Mercado Vence o Melhor" foi o tema central da 9ª edição, que registrou 5 mil participantes. A proposta foi discutir e mostrar maneiras de expandir a criatividade, a inovação e outras capacidades empresariais necessárias aos empreendedores que desejam entrar e permanecer no mercado.



Ambiente Empresarial 2015

Ambiente Empresarial 2015

Como iniciativa do Sescap-CE, o evento nasceu da necessidade de valorizar o segmento contábil e reconhecer a sua importância para o desenvolvimento socioeconômico do estado. Realizado em Fortaleza (CE), o Ambiente Empresarial 2015 promoveu um rico ciclo de palestras com a presença de renomados palestrantes, abordando assuntos de interesse do setor contábil como: Como precificar e Negociar Contratos de Serviços Contábeis; O Papel do Contador/Auditor e os Limites da Responsabilidade na Prestação de Serviços Contábeis e Auditoria Externa; e Para uma nova Contabilidade, um novo Contador - Oportunidades e Desafios. Cerca de 300 pessoas participaram do evento.

Educação Continuada no Sistema CFC/CRCs



Reuniões de Presidentes do Sistema CFC/CRCs

As reuniões de Presidentes do Sistema CFC/CRCs são promovidas pelo Conselho Federal de Contabilidade com a finalidade de proporcionar aos presidentes dos Conselhos Regionais treinamento executivo para as atividades desenvolvidas no âmbito dos CRCs. A abordagem utilizada é a discussão de assuntos pertinentes às funções básicas do Sistema CFC/CRCs – administração, registro e fiscalização do exercício profissional, contabilidade, educação continuada e legislação – considerados relevantes para a plena atuação dos gestores.

No ano de 2015, foram realizadas duas reuniões de Presidentes do Sistema CFC/CRCs, que contaram com a participação dos 27 presidentes dos Conselhos Regionais de Contabilidade e do Conselho Diretor do CFC. Os encontros se caracterizam como um fórum de discussão das principais temáticas relacionadas à classe contábil, com a finalidade de alinhar as diretrizes na condução de demandas e aperfeiçoar a gestão dos Conselhos de Contabilidade.



Reunião de Presidentes do Sistema CFC/CRCs

Seminário de Vice-Presidentes e Chefes de Fiscalização do Sistema CFC/CRCs

O Seminário de Vice-Presidentes e Chefes de Fiscalização do Sistema CFC/CRCs é um evento anual que tem como principal objetivo atualizar e alinhar as principais práticas desenvolvidas pelas áreas de fiscalização dos Conselhos de Contabilidade.

Em 2015, o evento abordou assuntos relacionados à fiscalização eletrônica, processos eletrônicos, desenquadramento do Microempreendedor Individual (MEI), cassação do exercício profissional, educação continuada, comissão de sumulação e das obrigações e práticas no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Coordenado pelo vice-presidente da área, o Encontro contou com a participação de 27 vice-presidentes, de 26 chefes de fiscalização e da equipe técnica da Coordenadoria de Fiscalização, Ética e Disciplina do CFC.



Seminário de Vice-Presidentes e Chefes de Fiscalização do Sistema CFC/CRCs

Seminário de Vice-Presidentes e Chefes de Registro do Sistema CFC/CRCs

O Seminário tem por objetivo debater as diretrizes e metas na área de Registro dos Conselhos de Contabilidade. Com o advento do Sistema de Processo Eletrônico de Registro (Sper), percebeu-se a necessidade de troca de informações entre os vice-presidentes e chefes de registro dos 27 CRCs, buscando a convergência das melhores práticas por meio da padronização e desenvolvimento dos procedimentos.

No Seminário, foram abordados os seguintes temas: Dados Estatísticos de Registros do Sistema CFC/CRCs; Sistema Cadastral; Sper; Normas de Registro e suas Alterações; Carteira Profissional; Dados Estatísticos dos aprovados nos Exame de Suficiência sem Registro em CRCs; Registros de Técnicos em Contabilidade após 1º de junho de 2015; Registro dos Profissionais que apresentam Declaração emitida pela Instituição de Ensino, cujo curso não é reconhecido pelo Órgão Competente; Consulta de Endereço dos Profissionais; Manual de Registro; e Resposta às Consultas de Registro.



Seminário de Vice-Presidentes e Chefes de Registro do Sistema CFC/CRCs

Seminário de Vice-Presidentes de Desenvolvimento Profissional do Sistema CFC/CRCs

O Seminário teve como objetivo aprimorar os conhecimentos dos vice-presidentes de Desenvolvimento Profissional e dos funcionários dos Conselhos Regionais que trabalham diretamente com o Programa de Educação Profissional Continuada sobre as alterações contidas na NBC PG 12, principalmente no cumprimento dos prazos por ela estabelecidos.

Considerando as alterações promovidas, no final de 2014, na Norma que dispõe sobre o Programa de Educação Profissional Continuada (NBC PG 12) e a abrangência que o Programa terá a partir de 2016, fez-se necessário orientar pontualmente os Conselhos Regionais de Contabilidade quanto à tramitação, análise e julgamento dos processos.

Participaram do Seminário os 27 vice-presidentes de Desenvolvimento Profissional e funcionários dos CRCs que trabalham diretamente com o Programa de Educação Profissional Continuada, totalizando 60 participantes.

O Seminário
teve, no total, **60**
participantes



Seminário de Vice-Presidentes de Desenvolvimento Profissional
do Sistema CFC/CRCs

Treinamento do Processo Eleitoral dos Conselhos Regionais de Contabilidade – Eleição 2015

Ocorreram dois treinamentos para viabilizar o processo eleitoral do Sistema CFC/CRCs. Um deles tratou das normas eleitorais, com o propósito de preparar os coordenadores das comissões eleitorais e funcionários dos CRCs para o acompanhamento das eleições dos Conselhos, especialmente quanto à aplicação das normas, ao calendário das eleições e ao cronograma de atividades relativo ao sistema eletrônico de votação. O treinamento contou com a participação de 63 profissionais.

O segundo treinamento teve por objetivo preparar os funcionários responsáveis pela utilização do Sistema Gestor nas Eleições por meio de *tokens* (certificação digital) para atualização de dados específicos e restritos da base eleitoral, ficando registrados os tipos e os *logs* das alterações realizadas mediante comprovação documental. Participaram do treinamento equipes dos 27 CRCs, totalizando 53 funcionários. Na oportunidade, foi distribuído o Manual do Sistema Gestor com as orientações para uso dos *tokens* no período das eleições.



Treinamento para Formação de Pregoeiro e Contratação Direta no Sistema CFC/CRCs

Treinamento para Formação de Pregoeiro e Contratação Direta no Sistema CFC/CRCs

O Treinamento para Formação de Pregoeiro e Contratação Direta no Sistema CFC/CRCs contou com a participação de 60 funcionários. A finalidade foi qualificar os funcionários como "pregoeiros", possibilitando que os Conselhos tenham profissionais capacitados, principalmente para realizar a aquisição de bens e serviços comuns na modalidade "Pregão". A capacitação permitirá a otimização nos processos de licitações e de contratos administrativos, pela ampliação de conhecimentos técnicos da legislação vigente.

A metodologia utilizada contemplou exposição teórica e prática; disponibilização de material didático em arquivo impresso; aplicação de exercícios e estudos de casos práticos. A carga horária foi de 20 horas e no formato *in company*.

Workshops para Conselheiros do CFC

Com o intuito de aprimorar o conhecimento técnico dos Conselheiros do Conselho Federal de Contabilidade, durante o ano de 2015, foram promovidos três *workshops* em Brasília (DF). Os Conselheiros do CFC foram o público-alvo do evento. Participaram também Conselheiros do CRCDF, funcionários do CFC com formação na área contábil e outros convidados.

O primeiro *workshop* trouxe como tema a "Atualização em IFRS e a Lei n.º 12.973/2014" e teve como objetivo propiciar aos participantes uma visão holística sobre a aplicação das principais normas contábeis e seus reflexos na área tributária, em especial quanto à Lei n.º 12.973/2014. O evento contou com a presença de 63 participantes.

O *workshop* "Imposto de Renda Pessoa Física 2015 – Um Enfoque Prático" apresentou uma visão panorâmica quanto às inovações para 2015, à Declaração de Rendimentos e ao Planejamento Tributário e detalhou questões práticas do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). Participaram do evento 45 profissionais da contabilidade vinculados ao Sistema CFC/CRCs.

A terceira capacitação abordou a Escrituração Contábil Fiscal (ECF) com finalidade de esclarecer a sistemática anterior ao Sistema Público de Escrituração Contábil Digital (SPED) e a sistemática atual, bem como aprofundou o entendimento sobre a Escrituração Contábil Fiscal (ECF) em substituição à Escrituração Fiscal Digital (EFD-IRPJ). O evento contou com 32 participantes.



Workshop para
conselheiros do CFC

Eventos Internacionais

6º Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade

Com o lema “Separados pelo Atlântico, Unidos pela Contabilidade”, a 6ª edição do Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade, organizada pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (Otoc) em parceria com o Conselho Federal de Contabilidade do Brasil (CFC), aconteceu na Universidade de Évora, em Portugal.

O evento teve o objetivo de promover a discussão e a reflexão sobre temas atuais, proporcionando aos profissionais da área e estudantes uma gama de oportunidades para o aprimoramento e compartilhamento de conhecimentos da profissão contábil. Além disso, tratou dos problemas, tendências e desafios relacionados à Contabilidade.

Especialistas portugueses e brasileiros abordaram uma diversidade de temas relacionados com o exercício da profissão, identificando pontos de contato e de distanciamento entre as duas realidades.

A programação contou com a participação de conselheiros do CFC, que realizaram palestras sobre os temas “A Contabilidade nos Órgãos Públicos” e “A importância da Informação Contábil”.



6º Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade

Seminário Regional Interamericano de Contabilidade

O evento foi realizado pelo CFC e a Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), em parceria com a Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) e o Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas (CRCAL), em Maceió (AL).

O Seminário teve como propósito estimular a discussão e a reflexão sobre temas atuais, proporcionando aos profissionais da área e aos estudantes uma gama de oportunidades para aprimoramento.

O evento teve um público de, aproximadamente, 380 participantes, oriundos de todos os estados brasileiros e de países da América Latina. Foram realizadas três palestras, um painel e uma apresentação cultural.



Seminário Regional Interamericano de Contabilidade

XII Seminário Internacional CPC Normas Contábeis Internacionais

A Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (FACPC) realizou o XII Seminário Internacional CPC – Normas Contábeis Internacionais, na cidade de São Paulo (SP).

O objetivo do Seminário é proporcionar a visão do atual estágio de adoção das normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) no Brasil e discutir as mudanças mais relevantes que estão em andamento e a agenda do *International Accounting Standards Board* (Iasb) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O evento contou com seis painéis: Qualidade das Informações Divulgadas, Instrumentos Financeiros com Características de *Equity*, Reconhecimento de Receitas (IFRS 15), *Impairment* dos Ativos Financeiros (PDD/PCLD), Planos de Trabalho – Iasb, Glenif/Glass, Asaf e CPC e Novidades do Grupo de Estudos CPC/Receita Federal do Brasil.

Em função do fim do Regime Tributário de Transição (RTT) – (Art. 58 da Lei n.º 12.973/2014), foi constituído um Grupo de Estudos da Receita Federal do Brasil, que tem discutido vários temas atuais com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O sexto painel contou com a participação da vice-presidente Técnica do CFC, representando a entidade.



XII Seminário Internacional CPC Normas Contábeis Internacionais

IV Seminário Internacional de Contabilidade Pública/ V Fórum Nacional de Gestão e Contabilidade Públicas

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG), em parceria com a Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) e o Secretaria do Tesouro Nacional (STN), realizaram a quarta edição do Seminário Internacional de Contabilidade Pública e a quinta edição do Fórum Nacional de Gestão e Contabilidade Públicas, em Belo Horizonte (MG).

O Seminário teve por objetivo apresentar e discutir o estágio atual da Contabilidade Pública nos cenários nacional e internacional e seu impacto no aprimoramento da gestão pública, além de promover a atualização dos profissionais da contabilidade que atuam na administração pública federal, estadual e municipal, visando à harmonização de conceitos e ao alinhamento de diretrizes estratégicas que norteiam a contabilidade pública no País.

Nesta edição, o encontro contou com 456 participantes. Dentro de sua programação, foram realizados dois painéis e oito palestras.



IV Seminário Internacional de Contabilidade Pública/V Fórum Nacional de Gestão e Contabilidade Públicas

XXXI Conferência Interamericana de Contabilidade

Realizado em Punta Cana, o evento foi organizado pela Associação Interamericana de Contabilidade (AIC) e patrocinado pelo Instituto de Contadores Públicos da República Dominicana (ICPARD) e por 21 países da América que integram a AIC, incluindo o Brasil.

Esta edição, que trouxe como lema “Por uma profissão regulamentada com qualidade e valores éticos”, teve por objetivo discutir e analisar temas atuais da profissão no contexto mundial por meio da exposição de trabalhos nacionais e internacionais.

Mais de 100 delegações oriundas de países como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, Uruguai, Venezuela e República Dominicana se fizeram presentes na Conferência.

Os profissionais que participaram do evento apresentaram trabalhos em dez áreas de interesse distintas: (1) Investigação Contábil, (2) Normas e Práticas de Auditoria, (3) Setor Público, (4) Educação, (5) Administração e Finanças, (6) Ética e Exercício Profissional, (7) Tributação e Fiscalização, (8) Gestão Integral de Pequenas e Médias Organizações, (9) Sistemas e Tecnologia da Informação e (10) Área Especial.



XXXI Conferência Interamericana de Contabilidade

V Congresso Internacional de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público

O V Congresso foi realizado pelas seguintes entidades: Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Escola de Administração Fazendária (Esaf), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Instituto Social Iris, Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), Secretaria de Orçamento (Sof) e Ministério da Fazenda (MF), contando com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Com o tema “Avaliação da Qualidade do Gasto Público e Mensuração da Eficiência”, o evento, realizado em Brasília (DF), contou com a presença de aproximadamente 200 profissionais que atuam no setor público. A iniciativa teve como objetivos desenvolver, no âmbito governamental, acadêmico e do terceiro setor, uma cultura de boa gestão baseada na contabilidade e no uso da informação de custos e incentivar a produção e a pesquisa científica sobre o tema.

O evento
teve **200**
participantes

O CFC, representado pelo vice-presidente de Desenvolvimento Operacional, foi responsável pela coordenação do painel “Divulgação de Informações sobre o Desempenho dos Serviços no Setor Público”, cuja palestrante foi a gerente técnica sênior do *The International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB).

O Congresso também abordou temas importantes, como a “Transparência nas Informações de Governo”, “Avaliação de Políticas Públicas”, “Avaliação da Qualidade do Gasto Público e Mensuração da Eficiência” e o “Impacto da Implantação de Procedimentos Patrimoniais na Informação de Custos”.

Balanco 2015 Socioambiental



Gestão Socioambiental

Apresenta as ações, os projetos e os programas desenvolvidos pelo CFC, os quais demonstram sua responsabilidade com o desenvolvimento sustentável, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento social e pessoal dos profissionais da contabilidade.

Introdução

A Responsabilidade Socioambiental do CFC é uma política de gestão adotada que se define pela postura ética e transparência institucional com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas organizacionais compatíveis com o desenvolvimento sustentável, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Site do CFC

O site do CFC é uma importante ferramenta de pesquisa, que possibilita aos profissionais da contabilidade, estudantes e à sociedade em geral acesso a informações inerentes à área contábil. Apresenta a estrutura, o planejamento estratégico do CFC, as principais atividades, a legislação da profissão contábil e, entre outras informações, traz uma agência de notícias das ações e atividades do CFC.

Com o crescimento da profissão em todo o País e o aumento dos trabalhos desenvolvidos pelo CFC, bem como a preocupação da entidade em fornecer, em tempo ágil, relevantes informações para a classe contábil e a sociedade, verificou-se a necessidade de atualizar o seu portal para uma versão mais moderna. O novo portal, portanto, terá o objetivo de tornar os serviços *on-line* mais ágeis e seguros, a fim de proporcionar maior interatividade. O novo site estará disponível em 2016.

Em 2015,
foram mais de
1,3 milhões de
acessos procedentes
de **25** países ao
site do CFC

Intranet

Com visual atrativo e linguagem acessível, a intranet do CFC tem o objetivo de melhorar a comunicação entre os colaboradores da entidade. Em um ambiente dinâmico, essa ferramenta de comunicação interna proporciona interatividade, agilidade e praticidade no compartilhamento de informações restritas, redução de impressos e, conseqüentemente, a preservação do meio ambiente.

Redes Sociais

Atualmente, as redes sociais adquiriram crescente importância, na medida em que criaram uma nova forma de relacionamento entre as entidades e as pessoas, possibilitando o compartilhamento de informações, conhecimentos, interesses e esforços na busca de objetivos comuns.

O Conselho Federal de Contabilidade está presente no *Twitter*, *Instagram* e *Facebook*, alcançando, neste último, mais de 90 mil pessoas.

Acesso à Informação no Sistema CFC/CRCs

A publicação da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) significou um importante passo para uma maior participação popular no controle social das ações governamentais, uma vez que possibilita o acesso da sociedade às informações públicas.

O Conselho Federal de Contabilidade, durante anos, vem pautando sua administração com transparência e dentro da legalidade. Para o Sistema CFC/CRCs, o acesso à informação, além de representar um fator de proteção contra a corrupção, é um mecanismo indutor para que líderes atuem com responsabilidade e forneçam à sociedade informações sobre as ações desenvolvidas.

Para atender à legislação e considerando que o acesso a informações pela classe contábil e pela sociedade sobre os atos de gestão praticados pelo Sistema CFC/CRCs constitui elemento essencial à transparência, o CFC mantém disponível o "Portal da Transparência e Acesso à Informação" e o "Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)".

Portal da Transparência e Acesso à Informação

Modalidade de transparência ativa, sendo a divulgação de dados realizada por iniciativa da própria entidade, ou seja, quando são tornadas públicas as informações, independente de requerimento. A divulgação proativa de informações de interesse público, além de facilitar o acesso das pessoas e de reduzir o custo com a prestação de informações, evita o acúmulo de pedidos de acesso a temas semelhantes.

O Portal da Transparência e Acesso à Informação é um canal de comunicação com o cidadão, cujo objetivo é fornecer informações sobre os atos e fatos de gestão praticados pelo Sistema CFC/CRCs para a classe contábil e para a sociedade brasileira.

Por meio desse canal, é possível obter dados sobre estrutura organizacional; execução orçamentária; programas e projetos; diárias e passagens; demonstrações contábeis e prestações de contas; balanço socioambiental; licitações; contratos e convênios; concurso público; quadro de pessoal; atos normativos; perguntas e respostas; e dados estatísticos do CFC.

O Portal da Transparência é gerido pela Comissão Permanente de Transparência (CPT) do Conselho Federal de Contabilidade. À CPT cabe reunir as informações, nas mais variadas fontes, e disponibilizá-las de forma consistente e transparente para toda a sociedade.

Em 2015,
foram realizados
14.297 acessos, sendo
os módulos mais acessados:
"Quadro de Pessoal", com
38,81%, e "Contratos
e Convênios", com
10,23%



Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)

Modalidade de transparência passiva, disponibiliza informações públicas em atendimento a demandas específicas de uma pessoa física ou jurídica.

O e-SIC é um sistema que centraliza as entradas e saídas de todos os pedidos de acesso dirigidos ao Sistema CFC/CRCs. O objetivo do sistema é organizar e facilitar os procedimentos de acesso à informação tanto para os cidadãos quanto para a entidade.

O sistema permite que qualquer pessoa – física ou jurídica – encaminhe pedidos de acesso à informação aos Conselhos de Contabilidade; consulte as respostas recebidas; entre com recursos; além de outras ações. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas.

O e-SIC também possibilita aos Conselhos de Contabilidade acompanhar a implementação das normas que regulamentam o acesso à informação e produzir estatísticas sobre o seu cumprimento, com a extração de relatórios com dados referentes a todas as solicitações de acesso à informação e seus respectivos encaminhamentos.

Em 2015, foram recebidos 138 pedidos de acesso à informação e 27 recursos por meio do e-SIC, sendo que, dos pedidos e recursos registrados, 100% foram respondidos.



Ouvidoria

A Ouvidoria do Conselho Federal de Contabilidade funciona como um canal de comunicação entre o CFC e o cidadão para receber sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias referentes aos diversos serviços prestados pelo Sistema CFC/CRCs.

Por meio do site do Conselho Federal, o cidadão obtém informações sobre a forma de atuação e atribuições da Ouvidoria, além dos dados estatísticos atualizados mensalmente.

Trata-se de um meio de comunicação rápido e eficiente que possibilita estreitar a relação entre a sociedade e o CFC.

Para que a Ouvidoria atue de forma mais eficiente, com o intuito de elevar a qualidade de atendimento no âmbito do Sistema CFC/CRCs, bem como a melhoria dos processos e serviços da entidade, foi desenvolvido um sistema, utilizando um *software* livre, o qual será implementado em 2016.

Em 2015, foram recebidos 1.825 *e-mails* pela Ouvidoria do CFC, sendo que a maior parcela se refere às áreas de Registro (41%) e Fiscalização (24%). O prazo para respostas às solicitações é de, aproximadamente, cinco dias.

Revista Brasileira de Contabilidade (RBC)

O Conselho Editorial da Revista Brasileira de Contabilidade é responsável pela avaliação e aprovação dos artigos técnicos veiculados na publicação e é constituído por uma comissão formada por mestres e doutores em Contabilidade. Para cada edição da Revista, o Conselho Editorial seleciona seis artigos técnicos, que abordam temáticas relacionadas à área da Contabilidade e que são de interesse para a classe contábil, podendo conter discussão teórica ou teórico-empírica (aplicação de teorias, soluções de problemas reais, etc.).

Além dos seis artigos técnicos, as edições bimestrais trazem reportagens ou entrevistas com especialistas e autoridades, sobre temas da área contábil, com a finalidade de complementar as publicações com conteúdo técnico-informativo.

Com tiragem de 10 mil exemplares, a Revista Brasileira de Contabilidade, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade, é uma das mais antigas publicações técnico-contábeis do Brasil, sendo que o seu primeiro número data de 1912. Conceituada no meio acadêmico como fonte confiável de pesquisa na área contábil, a RBC possui o conceito B3 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).



Jornal do CFC

Impresso do CFC, com tiragem de 10 mil exemplares e periodicidade bimestral, o Jornal traz informações do Sistema CFC/CRCs sobre assuntos de interesse da classe contábil.

No ano de 2015, foram impressos 60 mil exemplares, cujas edições também ficam disponíveis no site do Conselho (tanto para *download*, como para leitura *on-line*) e são distribuídas para parlamentares, prefeituras, entidades contábeis, Conselhos Regionais e Instituições de Ensino Superior.

CFC Informa

O boletim eletrônico CFC Informa foi concebido com o intuito de priorizar as ações de comunicação da entidade com os profissionais da contabilidade. Essa iniciativa tem como objetivo melhorar o acesso à informação de temas relacionados à área contábil e manter atualizados os mais de 500 mil profissionais da contabilidade.

Em 2015, 82 edições do boletim eletrônico veicularam matérias sobre a Contabilidade brasileira e internacional, sobre o CFC e os CRCs, além de inúmeras notícias importantes para a classe contábil.



Edições publicadas

O CFC edita livros gratuitamente para os profissionais da contabilidade de todo o País. Em 2015, as seguintes publicações foram editadas pelo CFC: *Balanco Socioambiental 2014*; *Mensagem ao Futuro Profissional da Contabilidade*; *Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor* (em parceria com a Fundação Brasileira de Contabilidade); e *Manual de Redação e Estilo do Sistema CFC/CRCs*. Todas as publicações estão disponíveis para *download* no Portal do CFC.

Biblioteca do CFC



Biblioteca

Especializada na área Contábil, a Biblioteca do CFC dispõe de um acervo com aproximadamente 18.500 itens bibliográficos, entre livros, dissertações, teses e analíticas de periódicos nacionais e internacionais. Disponibiliza, por meio de sua base de dados (<http://www.portalcfc.org.br/biblioteca/>), cerca de cinco mil trabalhos e artigos para acesso eletrônico, muitos deles publicados em periódicos especializados da área contábil.

Em 2015, a base de dados da Biblioteca do CFC teve **19.477** consultas via terminal, local e web

Museu Brasileiro de Contabilidade



Museu Brasileiro de Contabilidade (MBC)

O Museu Brasileiro de Contabilidade (MBC) é uma instituição permanente e aberta ao público, sem fins lucrativos, que presta serviço à sociedade e contribui para o seu desenvolvimento. Essa instituição adquire, investiga, conserva, pesquisa, comunica e expõe a história da evolução da Contabilidade no Brasil, para fins de estudo, educação e lazer. Além disso, destaca a atuação do Conselho Federal de Contabilidade desde a sua fundação, em 1946.

Em 2015, o Museu Brasileiro de Contabilidade teve aproximadamente 700 visitantes – estudantes, professores e profissionais da área contábil.

Projeto CFC em Um Dia

O projeto visa integrar e promover a participação dos profissionais, dirigentes das entidades representativas da classe contábil e demais visitantes das diversas regiões do País, nas discussões que envolvem o Sistema CFC/CRCs.

O objetivo é proporcionar ao profissional da contabilidade um contato direto com o CFC/CRCs, apresentando a entidade, a estrutura física e rotinas de trabalho, incluindo a participação nas reuniões de Câmaras e Plenária.

O CFC viabilizou a participação de 29 profissionais das entidades representativas da classe, oriundos de todas as regiões do País (delegados e representantes regionais, conselheiros e funcionários contadores dos CRCs) em reuniões regimentais durante o exercício de 2015, condicionado aos critérios estabelecidos.



Participantes contemplados no projeto CFC em Um Dia, do mês de dezembro/2015

Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE)

O MCCE é uma rede formada por entidades da sociedade civil, movimentos, organizações sociais e religiosas que têm como objetivos combater a corrupção eleitoral e realizar um trabalho educativo sobre a importância do voto visando sempre à busca por um cenário político e eleitoral mais justo e transparente.

O Comitê Nacional do MCCE, sediado em Brasília, é composto por mais de 60 entidades nacionais e está representado pela Secretaria Executiva do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.

Também integram o MCCE os comitês estaduais, municipais e locais difundidos por todas as regiões do País, que exercem um importante papel de fiscalização, educação popular e monitoramento do orçamento público e da máquina administrativa.

Durante o ano, o MCCE participou de atos públicos, audiências, debates, palestras, reuniões, entre outros. Destaca-se a participação na Semana de Mobilização pela Reforma Política Democrática e na Caminhada em favor da Reforma Política Democrática, que terminou com a entrega das assinaturas já coletadas à Câmara Federal. O Movimento ainda protocolou, no Supremo Tribunal Federal, o "Manifesto pela aplicação plena da Ficha Limpa aos condenados por abuso de poder".

Normas para as eleições 2016

Desde que foi instituída a prestação de contas, pela Justiça Eleitoral, em 2002, o Conselho Federal de Contabilidade vem desenvolvendo trabalho destinado à qualificação do profissional da contabilidade, com a finalidade de propiciar à sociedade brasileira o devido acompanhamento desse importante processo.

Em 2015, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou, por unanimidade, as regras para as eleições de prefeitos e vereadores a serem realizadas em 2016. Entre as instruções aprovadas, consta uma resolução que trata da arrecadação e dos gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e da prestação de contas das campanhas.

Por meio da parceria firmada com o TSE, o Conselho esteve presente durante todo o processo de elaboração das normas para as eleições de 2016 – em especial, a que trata da prestação de contas dos candidatos e partidos políticos –, tendo apresentado proposições, especialmente em defesa da manutenção do profissional da contabilidade nas prestações de contas simplificadas e na observação das normas elaboradas pelo CFC.

Como resultado das proposições apresentadas pelo CFC e, ainda, por outras entidades, o TSE aprovou o texto da resolução que prevê nos parágrafos 4º e 5º do Art. 41 da norma:

"Art. 41. ...

§ 4º A arrecadação de recursos e a realização de gastos eleitorais devem ser acompanhadas por profissional habilitado em contabilidade desde o início da campanha, o qual realiza os registros contábeis pertinentes e auxilia o candidato e o partido na elaboração da prestação de contas, observando as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e as regras estabelecidas nesta resolução.

§ 5º A prestação de contas deve ser assinada:

- I – pelo candidato titular e vice, se houver;
- II – pelo administrador financeiro, na hipótese de prestação de contas de candidato, se constituído;
- III – pelo presidente e tesoureiro do partido político, na hipótese de prestação de contas de partido político;
- IV – pelo profissional habilitado em contabilidade."

E, na alínea "a", do inciso I do Art. 48:

"Art. 48. Ressalvado o disposto no Art. 57, a prestação de contas, ainda que não haja movimentação de recursos financeiros ou estimáveis em dinheiro, deve ser composta, cumulativamente:

I – pelas seguintes informações:

- a) qualificação do candidato, dos responsáveis pela administração de recursos e do profissional habilitado em contabilidade;"

Programa de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC)



O PVCC desenvolve ações que visam sensibilizar os profissionais da contabilidade sobre a importância do voluntariado para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Além disso, com a finalidade de oferecer melhor direcionamento e desenvolvimento das atividades por parte de seus voluntários, o programa foi subdividido em quatro subprogramas: 1) Rede Nacional de Cidadania Fiscal; 2) Educação Financeira; 3) Doações ao Funcrriança e ao Fundo do Idoso; e 4) Ações Locais de Voluntariado.

O subprograma Rede Nacional de Cidadania Fiscal incentiva a criação de Observatórios Sociais, que são espaços onde o cidadão, de posse de uma metodologia de monitoramento, faz o acompanhamento das compras públicas em nível municipal, desde a publicação do edital até o acompanhamento da entrega do produto à sociedade. Atualmente, existem 111 Observatórios Sociais e em 80% deles há a participação direta de profissionais da contabilidade. Desses, destacam-se os Observatórios Sociais de Palmas, Aracaju e Natal, criados em 2015, que tiveram a participação de voluntários liderando o processo de criação.

O subprograma de Educação Financeira, por meio de palestras que são realizadas nos estados e elaboração de cartilhas explicativas, presta orientação às pessoas sobre questões relacionadas ao orçamento pessoal e familiar adequado, visando à organização das finanças pessoais, ao consumo consciente e à redução do endividamento.

Quanto ao subprograma Doações ao Funcrriança e ao Fundo do Idoso, destacam-se as ações de incentivo à doação no Imposto de Renda aos referidos fundos e o trabalho de sensibilização dos gestores das Secretarias de Ação Social para que criem os fundos em âmbito municipal. Além disso, o subprograma também visa prestar auxílio às entidades na elaboração de projetos adequados para habilitação ao recebimento de recursos, valendo-se de benefícios fiscais.

Já o subprograma de Ações Locais de Voluntariado abrange todas as demais ações de voluntariado que são desenvolvidas nos estados.

No ano de 2015, foi realizada a atualização do sistema gestor do PVCC, que permitiu o ajuste dos subprogramas; a atualização da ficha de cadastro dos novos voluntários; a implementação de novas funcionalidades; e o aprimoramento da gestão de dados e informações, atendendo, assim, às demandas dos coordenadores estaduais e da comissão gestora nacional, no sentido de otimizar os trabalhos desenvolvidos.



O exercício foi encerrado contando com **5.729** voluntários cadastrados, entre profissionais da contabilidade com registro ativo e estudantes com supervisão

Comissão Gestora Nacional do PVCC

Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)

O Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução CFC n.º 1.445/2013, regulamentou a prestação de informações de atividades suspeitas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Essa resolução teve por finalidade atender à imposição legal disposta na Lei n.º 12.683, de 9 de julho de 2012, que alterou a Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, conhecida como Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro.

A Resolução CFC n.º 1.445/2013 foi estabelecida como resultado de um longo trabalho, que buscou adequar a Lei e a Resolução Coaf n.º 24/2013, de forma a atender, exclusivamente, às atividades e à prestação de serviços da profissão contábil.

Todos os profissionais e organizações contábeis que prestem, mesmo que eventualmente, serviços de assessoria, consultoria, contabilidade, auditoria, aconselhamento ou assistência, de qualquer natureza, conforme previstos na Resolução CFC n.º 1.445/2013, devem comunicar ao Coaf a não ocorrência de eventos suspeitos de lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo por meio da "Declaração Negativa" ou "Comunicação de não ocorrência". A comunicação está em vigência desde janeiro de 2014 e deve ser apresentada ao CFC, por meio do Siscoaf, durante o mês de janeiro do ano subsequente.

Além disso, a Resolução estabelece que as Comunicações de Efeito Positivo relativas a operações ou propostas de operações que possam constituir-se em sérios indícios dos crimes previstos na Lei n.º 9.613/1998, ou com eles relacionar-se, devem ser encaminhadas ao Coaf no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do momento em que o profissional toma conhecimento da operação ou da proposta de operação realizada, abstendo-se de dar ciência aos clientes de tal ato, conforme estabelecido no Art. 13 da Resolução CFC n.º 1.445/2013.

A execução desse projeto proporciona benefícios à sociedade, pois auxilia na prevenção e combate ao terrorismo, lavagem de dinheiro e ao crime organizado, por meio do aumento dos controles.

Visando à correta aplicação da legislação, o Sistema CFC/CRCs desenvolveu ações de divulgação e acompanhamento, juntamente com os profissionais da contabilidade, quanto aos procedimentos realizados, de modo a atuar como fator de proteção da sociedade.

Em 2015,
foram entregues
ao Coaf **76.920**
declarações, sendo
1.100 Comunicações
de Efeito
Positivo

O Sistema CFC/CRCs, em seus informativos e palestras a respeito da comunicação ao Coaf, enfatizou que os profissionais e organizações contábeis não são investigadores ou denunciadores das operações realizadas por seus clientes. As comunicações, quando efetuadas, são informações protegidas por sigilo e não se configuram como denúncias, pois o Coaf é apenas uma unidade de inteligência fazendária. Foi enfatizado que o Coaf procederá à análise da informação, podendo se utilizar de informações recebidas de outros agentes. Dessa forma, havendo indícios de crimes, a entidade comunica às autoridades competentes para instauração dos procedimentos cabíveis, mantendo a confidencialidade do informante.

Com o intuito de elucidar dúvidas, o CFC divulgou uma cartilha com perguntas e respostas, auxiliando os profissionais a efetuarem o cadastro e a elaboração dos comunicados.

Prêmio Olivio Koliver



Lançado em 2013, durante o VIII Encontro Nacional de Coordenadores e Professores do Curso de Ciências Contábeis, em Porto Alegre (RS), o Prêmio Olivio Koliver foi criado com a finalidade de fomentar a produção de pesquisas técnicas e científicas e a disseminação do conhecimento na área contábil.

O prêmio homenageia a memória de um dos maiores expoentes da Contabilidade brasileira.

O objetivo do prêmio é escolher o melhor artigo publicado, a cada ano, na Revista Brasileira de Contabilidade. Conforme previsto no regulamento, dos 36 artigos publicados nas edições da RBC durante o ano, seis deles são indicados pelo Conselho Editorial da Revista para a banca examinadora do Prêmio, instituída por portaria do Conselho Federal de Contabilidade, que tem a missão de escolher o artigo vencedor.

Em 2015, a cerimônia da segunda edição do Prêmio Olivio Koliver foi realizada durante o X Encontro Nacional de Coordenadores e Professores do Curso de Ciências Contábeis (ENCPCCC), homenageando os quatro autores do artigo intitulado "Remuneração de executivos e desempenho das companhias abertas brasileiras: uma visão empírica após a publicação da Instrução Normativa CVM n.º 480". O artigo foi elaborado por Juliano Augusto Orsi Araújo, Cláudio Parisi, Aldy Fernandes da Silva e Wilson Toshio Nakamura e publicado na edição 209 da Revista Brasileira de Contabilidade.



Os autores do artigo vencedor do Prêmio Olivio Koliver com o vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CFC, Zulmir Breda (esq.), e a coordenadora do Conselho Editorial da Revista Brasileira de Contabilidade (RBC), Jaqueline Veneroso

Balanco 2015 Socioambiental



Balanço Socioambiental em Dados

Apresenta as pesquisas de Satisfação e Insatisfação dos funcionários do CFC e dos Conselhos Regionais de Contabilidade, além da Demonstração do Valor Adicionado e dos demais demonstrativos do resultado social.



Funcionária do CFC



Funcionárias do CFC

Pesquisa de Satisfação dos Funcionários

Semestralmente, todos os colaboradores do Conselho Federal de Contabilidade são convidados a participar, de forma voluntária e anônima, de pesquisa de satisfação, cujo objetivo é, a partir dos resultados, desenvolver ações de melhorias naqueles indicadores que apresentam desempenho insatisfatório.

A pesquisa, que é constituída de 36 questões, revela a percepção dos colaboradores em relação à entidade, pontualmente, no que diz respeito às condições físicas e ambientais, aos relacionamentos, à satisfação funcional, às ações sociais e à comunicação interna.

Grau de Satisfação dos Funcionários do CFC

O Grau de Satisfação dos Funcionários é a média aritmética dos resultados apurados nas pesquisas referentes ao primeiro e ao segundo semestres de 2015.

As respostas dos questionários foram agrupadas em cinco conceitos, conforme abaixo:

- 1) Ótimo
- 2) Bom
- 3) Regular
- 4) Ruim
- 5) Desconheço

Os percentuais apresentados na Tabela se referem à soma dos conceitos "Ótimo" e "Bom", que representam índices de satisfação. Os conceitos "Regular" e "Ruim" refletem índices de insatisfação, e as questões pontuadas como "Desconheço" não foram consideradas como indicador.

No cômputo total, o índice geral de satisfação dos funcionários do CFC foi de 74,73%, sendo que a meta fixada para o exercício de 2015 foi de 70%.

| Indicadores de Satisfação dos Funcionários do CFC | | 1º sem./2015 (% dos índices "Ótimo" e "Bom") | 2º sem./2015 (% dos índices "Ótimo" e "Bom") | Média (% dos índices "Ótimo" e "Bom") |
|---|--|--|--|---|
| I – Condições Físicas e Ambientais | Climatização do ambiente (funcionamento, temperatura e circulação) | 64,81 | 55,86 | 60,34 |
| | Iluminação do ambiente (qualidade) | 90,74 | 90,09 | 90,42 |
| | Acústica (nível de ruído) | 76,85 | 75,23 | 76,04 |
| | Espaço físico (tamanho) | 94,39 | 93,64 | 94,02 |
| | Limpeza e manutenção | 92,59 | 87,39 | 89,99 |
| | Móveis (quantidade e qualidade) | 88,89 | 84,68 | 86,79 |
| | Computadores e equipamentos (quantidade e qualidade) | 87,04 | 89,19 | 88,12 |
| | Veículos (disponíveis para a realização de trabalho) | 100,00 | 96,77 | 98,39 |
| | Material de expediente (quantidade, qualidade e recebimento) | 93,46 | 92,73 | 93,10 |
| | Segurança | 73,33 | 75,47 | 74,40 |
| II – Relacionamentos | Prestadores de serviços | 94,34 | 93,40 | 93,87 |
| | Colegas do mesmo setor | 95,37 | 92,79 | 94,08 |
| | Colegas de outros setores | 90,74 | 89,72 | 90,23 |
| | Chefia imediata (diretor ou coordenador ou gerente ou responsável) | 95,37 | 92,79 | 94,08 |
| | Conselheiros | 81,11 | 88,04 | 84,58 |
| | Presidência e Vice-Presidências | 79,38 | 79,38 | 79,38 |
| III – Satisfação Funcional | Horário de trabalho | 61,11 | 55,86 | 58,49 |
| | Pontualidade no pagamento dos salários | 99,07 | 99,10 | 99,09 |
| | Remuneração em relação ao mercado | 51,85 | 50,00 | 50,93 |
| | Reajuste salarial | 33,02 | 25,00 | 29,01 |
| | Participação na tomada de decisões | 46,88 | 42,27 | 44,58 |
| | Trabalho ou atividade executada | 84,26 | 76,58 | 80,42 |
| | Interação do seu trabalho com os demais setores | 86,79 | 75,00 | 80,90 |
| | Política de promoção e reconhecimento | 40,82 | 32,00 | 36,41 |
| IV – Ações Sociais | Imagem institucional | 77,88 | 59,43 | 68,66 |
| | Convênios (ex: plano de saúde, plano odontológico) | 63,27 | 68,04 | 65,66 |
| | Auxílio Educação (ex: pós-graduação, idiomas) | 60,56 | 65,28 | 62,92 |
| | Outros benefícios (ex: auxílio creche, auxílio refeição/alimentação) | 81,82 | 71,15 | 76,49 |
| | Cursos e treinamentos | 44,09 | 46,32 | 45,21 |
| | Ações de saúde e bem-estar (ex: ginástica laboral, atividades esportivas, palestras educativas, segurança no trabalho) | 75,24 | 75,00 | 75,12 |
| V – Comunicação Interna | Eventos comemorativos (ex: datas comemorativas, confraternizações) | 67,96 | 61,32 | 64,64 |
| | Meios de comunicação (telefone, e-mail, intranet e internet) | 84,26 | 81,82 | 83,04 |
| | Comunicação e tempo de resposta (oral e escrita) | 77,36 | 71,56 | 74,46 |
| | Divulgação dos eventos promovidos pelo Conselho | 77,67 | 70,37 | 74,02 |
| | Divulgação e conhecimento das normas internas | 71,96 | 62,39 | 67,18 |
| | Sinalização (placas indicadoras) | 75,47 | 55,05 | 65,26 |
| Total (% dos índices "Ótimo" e "Bom") | | 76,66 | 72,80 | 74,73 |

Análise Parcial dos Resultados

I – Condições físicas e ambientais – Em relação a este grupo, dos 10 indicadores avaliados, nove apresentaram grau de satisfação acima da meta, com destaque para “Iluminação do ambiente (qualidade)”, “Espaço físico (tamanho)”, “Veículos (disponíveis para a realização de trabalho)” e “Material de expediente (quantidade, qualidade e recebimento)”, com mais de 90% de satisfação.

O único item com índice menor que 70% apontado pelos funcionários foi “Climatização do ambiente”. O CFC está pesquisando soluções para modernização do sistema de ar-condicionado para atender a todos os ambientes da entidade.



Funcionários do CFC

II – Relacionamentos – Dos seis itens que compõem este grupo, todos foram considerados satisfatórios e quatro destes atingiram altos índices de satisfação, superiores a 90%. Esse resultado justifica-se pela realização de reuniões mensais entre a Diretoria do CFC e os gestores (coordenadores, gerentes e responsáveis) para definir ações que possam contribuir para melhorar o relacionamento entre os colegas e a comunicação entre os setores. Além disso, também foram realizadas reuniões com os prestadores de serviço visando à melhoria do trabalho executado e o relacionamento entre eles e o CFC.

III – Satisfação funcional – Neste bloco de indicadores, os itens “Pontualidade no pagamento dos salários”, “Trabalho ou atividade executada” e “Interação do seu trabalho com os demais setores” alcançaram mais de 80% de satisfação.

O alto índice de satisfação (99%) do item “Pontualidade no pagamento dos salários” deve-se ao fato de que o Conselho reúne esforços para assegurar o prazo estipulado na legislação. Na última década, não houve nenhum atraso no pagamento de salário motivado pelo CFC.

Os quesitos “Horário de trabalho”, “Remuneração em relação ao mercado”, “Reajuste salarial”, “Participação na tomada de decisões”, “Política de promoção e reconhecimento” e “Imagem institucional” apresentaram índice de satisfação abaixo de 70%.

Diante desses resultados, o CFC adotou uma série de medidas visando ao atendimento das necessidades dos funcionários. Preocupado com a melhoria da qualidade de vida e bem-estar do corpo funcional, o CFC alterou o horário de trabalho, a partir de janeiro de 2015 (uma reivindicação do próprio corpo funcional), o que levou a um aumento no índice em relação a 2014.

Quanto à “Participação na tomada de decisões”, a Diretoria do CFC tem buscado compartilhar com os coordenadores, gerentes e responsáveis as demandas que necessitam de direcionamento, de maneira que estes possam sugerir soluções e acompanhar as decisões.

No que diz respeito à “Remuneração em relação ao mercado” e à “Política de promoção e reconhecimento”, o Conselho Federal constituiu comissão interna para propor alteração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) do Conselho Federal de Contabilidade. Esse trabalho será desenvolvido contando com a participação de todos os colaboradores do CFC.

Para o fortalecimento da imagem institucional perante a sociedade, o CFC contratou uma empresa de assessoria de imprensa com a finalidade de divulgar as ações do Sistema CFC/CRCs nos veículos de comunicação. Além disso, o Conselho Federal tem estreitado os laços institucionais com uma série de órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, ainda, com entidades da área contábil de âmbito nacional e internacional.

IV – Ações sociais – No bloco “Ações sociais”, verificou-se que, dos seis indicadores, quatro deles apresentaram baixo índice de satisfação.

O resultado do item “Cursos e treinamento” (45%) se justifica pelo fato de o Plano de Treinamento - 2015 ter tido como objetivo atender, prioritariamente, aos funcionários que mudaram de setor, aos novos contratados, às necessidades pontuais ou à atualização da legislação.

No item “Convênios”, o ponto de maior insatisfação por parte dos funcionários foi com relação ao plano odontológico, o que deflagrou, por parte do CFC, a elaboração de novo termo de referência para licitação, com o objetivo de contratar novo plano.

V – Comunicação interna – Quanto aos itens do bloco “Comunicação Interna”, apenas dois deles apresentaram baixo nível de satisfação – “Divulgação e conhecimento das normas internas” e “Sinalização”.

Com a finalidade de melhorar o resultado do indicador “Divulgação e conhecimento das normas internas”, definiu-se que as novas resoluções aprovadas pelo Plenário serão encaminhadas a todos os funcionários, bem como as normas internas de interesse do corpo funcional.

Quanto ao item “Sinalização”, o CFC estuda um novo projeto de sinalização e futura contratação de empresa para execução dos trabalhos.

Os itens “Meios de Comunicação” e “Divulgação dos eventos promovidos pelo Conselho” obtiveram índice satisfatório, o que mostra que as medidas tomadas anteriormente surtiram efeito, como: divulgação dos eventos na intranet e dos eventos realizados em outros estados no site do CFC, e também por meio de e-mails, **marketing**, cartazes, pôsteres, etc.



Colaboradores do CFC



Funcionárias do CFC

Pesquisa de Satisfação dos CRCs em relação ao CFC

Com a finalidade de aferir o grau de satisfação dos CRCs em relação à(ao) Diretoria Executiva, Registro, Fiscalização, Desenvolvimento Profissional e Institucional, Desenvolvimento Operacional, Técnica, Controle Interno, Administrativo, Jurídico, Comunicação Social e instalação física e estrutura administrativa do CFC, os 27 Conselhos Regionais de Contabilidade foram consultados no primeiro e no segundo semestres de 2015.

De forma voluntária e anônima, conselheiros e funcionários dos Conselhos Regionais responderam às 54 questões que compõem a pesquisa. Os resultados que derivam da pesquisa contribuíram na gestão do Conselho Federal de Contabilidade, que busca implementar ações que contribuam para a melhoria dos serviços prestados e para elevar o nível de satisfação.

Grau de Satisfação dos CRCs em relação ao CFC

O Grau de Satisfação dos CRCs em relação ao CFC é a média aritmética dos resultados apurados nas pesquisas referentes ao primeiro e ao segundo semestres de 2015.

As respostas dos questionários foram agrupadas em cinco conceitos, conforme abaixo:

- 1) Ótimo
- 2) Bom
- 3) Regular
- 4) Ruim
- 5) Desconheço

Os percentuais apresentados na tabela se referem à soma dos conceitos "Ótimo" e "Bom", que representam índices de satisfação. Os conceitos "Regular" e "Ruim" refletem índices de insatisfação, e as questões pontuadas como "Desconheço" não foram consideradas como indicador.

No cômputo total, o índice geral de satisfação dos CRCs, em relação ao CFC, foi de 85%, sendo que a meta fixada para o exercício de 2015 foi de 70%.



Funcionária do CFC

| Indicadores de Satisfação dos CRCs | | 1º sem./2015 (% dos índices "Ótimo" e "Bom") | 2º sem./2015 (% dos índices "Ótimo" e "Bom") | Média (% dos índices "Ótimo" e "Bom") |
|--|--|--|--|---|
| I Diretoria Executiva (Gabinete da Presidência) | Atendimento dos funcionários (cordialidade e presteza) | 90,42 | 86,62 | 88,52 |
| | Precisão e confiabilidade nas informações prestadas | 86,83 | 85,44 | 86,14 |
| | Agilidade no retorno de informações (rapidez no atendimento) | 74,85 | 75,00 | 74,93 |
| II Registro | Atendimento dos funcionários (cordialidade e presteza) | 90,67 | 94,12 | 92,40 |
| | Precisão e confiabilidade nas informações prestadas | 81,46 | 86,86 | 84,16 |
| | Agilidade no retorno de informações (rapidez no atendimento) | 79,87 | 84,56 | 82,22 |

| Indicadores de Satisfação dos CRCs | | 1º sem./2015 (% dos índices "Ótimo" e "Bom") | 2º sem./2015 (% dos índices "Ótimo" e "Bom") | Média (% dos índices "Ótimo" e "Bom") |
|---|---|--|--|---|
| III Fiscalização, Ética e Disciplina | Atendimento dos funcionários (cordialidade e presteza) | 87,33 | 86,92 | 87,13 |
| | Precisão e confiabilidade nas informações prestadas | 81,08 | 83,85 | 82,47 |
| | Agilidade no retorno de informações (rapidez no atendimento) | 73,29 | 80,92 | 77,11 |
| IV Desenvolvimento Profissional e Institucional | Atendimento dos funcionários (cordialidade e presteza) | 86,79 | 86,71 | 86,75 |
| | Precisão e confiabilidade nas informações prestadas | 84,81 | 84,51 | 84,66 |
| | Agilidade no retorno de informações (rapidez no atendimento) | 77,85 | 79,58 | 78,72 |
| V Desenvolvimento Operacional | Atendimento dos funcionários (cordialidade e presteza) | 84,18 | 89,81 | 87,00 |
| | Precisão e confiabilidade nas informações prestadas | 84,71 | 85,90 | 85,31 |
| | Agilidade no retorno de informações (rapidez no atendimento) | 84,08 | 84,52 | 84,30 |
| VI Técnica | Atendimento dos funcionários (cordialidade e presteza) | 86,67 | 85,25 | 85,96 |
| | Precisão e confiabilidade nas informações prestadas | 83,46 | 85,00 | 84,23 |
| | Agilidade no retorno de informações (rapidez no atendimento) | 79,39 | 84,75 | 82,07 |
| VII Controle Interno | Atendimento dos funcionários (cordialidade e presteza) | 88,51 | 84,78 | 86,65 |
| | Precisão e confiabilidade nas informações prestadas | 85,03 | 83,21 | 84,12 |
| | Agilidade no retorno de informações (rapidez no atendimento) | 80,00 | 81,02 | 80,51 |
| VIII Administração | Atendimento dos funcionários (cordialidade e presteza) | 90,68 | 89,58 | 90,13 |
| | Precisão e confiabilidade nas informações prestadas | 86,71 | 87,94 | 87,33 |
| | Agilidade no retorno de informações (rapidez no atendimento) | 78,98 | 83,80 | 81,39 |
| | Qualidade do atendimento prestado pela Telefonia do CFC | 87,43 | 84,15 | 85,79 |
| | Qualidade do traslado prestado pelo CFC (pontualidade, cordialidade dos motoristas) | 88,24 | 89,03 | 88,64 |
| IX Jurídico | Atendimento dos funcionários (cordialidade e presteza) | 84,56 | 84,56 | 84,56 |
| | Precisão e confiabilidade nas informações prestadas | 77,03 | 80,74 | 78,89 |
| | Agilidade no retorno de informações (rapidez no atendimento) | 76,87 | 78,36 | 77,62 |
| X Comunicação Social | Atendimento dos funcionários (cordialidade e presteza) | 87,67 | 86,89 | 87,28 |
| | Precisão e confiabilidade nas informações prestadas | 85,42 | 87,80 | 86,61 |
| | Agilidade no retorno de informações (rapidez no atendimento) | 81,08 | 84,55 | 82,82 |
| | Jornal | 86,67 | 84,42 | 85,55 |
| | Revista | 87,57 | 83,11 | 85,34 |
| | Boletins / Periódicos (impressos e eletrônicos) | 84,36 | 86,34 | 85,35 |
| | Site do CFC | 82,00 | 81,05 | 81,53 |
| XI Instalação Física e Estrutura Administrativa do CFC | Redes sociais | 80,84 | 77,33 | 79,09 |
| | Infraestrutura (móveis e equipamentos) | 93,92 | 94,61 | 94,27 |
| | Espaço físico (tamanho, limpeza e organização) | 93,44 | 94,01 | 93,73 |
| | Apoio operacional em reuniões no CFC (distribuição de material, <i>coffee break</i> , equipamentos, internet) | 87,98 | 87,50 | 87,74 |
| | Segurança predial | 89,09 | 89,19 | 89,14 |
| Horário de atendimento | 93,78 | 89,71 | 91,75 | |
| Total (% dos índices "Ótimo" e "Bom") | | 84,66 | 85,33 | 85,00 |

Análise Parcial dos Resultados

Os resultados da pesquisa foram bastante satisfatórios, verificando-se que todos os quesitos atingiram índices superiores a 70%. Esse resultado reflete o empenho de todas as áreas do CFC em atender, com eficiência, às demandas dos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Os itens "Atendimento dos funcionários (cordialidade e presteza)", "Precisão e confiabilidade nas informações prestadas" e "Agilidade no retorno de informações (rapidez no atendimento)" das diferentes áreas do CFC apresentaram índices superiores à meta fixada. Os resultados justificam-se em função das seguintes medidas adotadas: envio de resposta imediata às solicitações por e-mail e telefone; revisão do conteúdo das respostas à solicitação externa; definição e controle de prazos para respostas e soluções de problemas; e maior divulgação dos programas e projetos para os CRCs.

Em relação à "Instalação Física e Estrutura Administrativa do CFC", todos os itens apresentaram alto grau de satisfação. Destaque para "Localização", "Espaço físico" e "Infraestrutura", o que demonstra que o CFC possui estrutura adequada para atender a seu público interno e externo.



Colaboradoras do CFC

Colaboradores do CFC



Pesquisa de Satisfação em relação ao Sistema CFC/CRCs

O Conselho Federal de Contabilidade realiza pesquisas com a finalidade de medir a satisfação da sociedade brasileira em relação à imagem dos profissionais da contabilidade; de avaliar, com formadores de opinião, o grau de satisfação quanto à imagem do Sistema CFC/CRCs; e, ainda, de mensurar o nível de aceitação dos profissionais da contabilidade acerca das ações desenvolvidas pelo CFC.

As pesquisas – que são realizadas semestralmente e compõem o Sistema de Gestão por Indicadores do CFC – são aplicadas por meio de ferramenta eletrônica específica. Os questionários são confidenciais e a participação ocorre de forma voluntária e anônima.

Por meio dos resultados, o CFC pretende programar ações que busquem a melhoria da imagem dos profissionais, do trabalho realizado pelos Conselhos de Contabilidade e dos serviços prestados pelo Sistema CFC/CRCs aos profissionais da área.

Grau de Satisfação em relação ao Sistema CFC/CRCs

O grau de satisfação das pesquisas é a média aritmética dos resultados apurados nas pesquisas referentes ao primeiro e ao segundo semestres de 2015.

As respostas dos questionários foram agrupadas em cinco conceitos, conforme abaixo:

- 1) Ótimo
- 2) Bom
- 3) Regular
- 4) Ruim
- 5) Desconheço

Os percentuais apresentados na tabela se referem à soma dos conceitos “Ótimo” e “Bom”, que representam índices de satisfação. Os conceitos “Regular” e “Ruim” refletem índices de insatisfação. As questões pontuadas como “Desconheço” não foram consideradas como indicador.



Colaboradores do CFC



Funcionários do CFC

Pesquisa de Satisfação do Profissional da Contabilidade em relação ao CFC – Profissionais da Contabilidade

Voltada aos profissionais da contabilidade, esta pesquisa tem por finalidade medir a satisfação do profissional da área contábil em relação ao CFC. O questionário, com apenas oito perguntas, foi enviado aos mais de 500 mil profissionais registrados e disponibilizada nas redes sociais.

| Indicadores de Satisfação do Profissional da Contabilidade | 1º sem./2015 (% dos índices "Ótimo" e "Bom") | 2º sem./2015 (% dos índices "Ótimo" e "Bom") | Média (% dos índices "Ótimo" e "Bom") |
|---|--|--|---|
| Imagem do Conselho Federal de Contabilidade perante a sociedade | 77,36 | 67,18 | 72,27 |
| Ações desenvolvidas pelo Conselho Federal de Contabilidade | 70,98 | 61,96 | 66,47 |
| Infraestrutura do Conselho Federal de Contabilidade | 84,87 | 78,35 | 81,61 |
| Solução imediata de problemas (eficiência) | 68,81 | 60,03 | 64,42 |
| Programas e projetos | 69,14 | 60,86 | 65,00 |
| Publicação em geral (jornal, revista, boletim eletrônico) | 75,19 | 67,36 | 71,28 |
| Site e redes sociais | 76,89 | 68,78 | 72,84 |
| Realização de congressos, fóruns, cursos e treinamentos | 69,47 | 62,17 | 65,82 |
| Total (% dos índices "Ótimo" e "Bom") | 74,09 | 65,84 | 69,96 |

No cômputo total, o índice geral de satisfação do Profissional da Contabilidade em relação ao CFC, foi de 70%. Esse resultado foi exatamente igual à meta fixada para o exercício de 2015.

Análise Parcial dos Resultados

No primeiro e no segundo semestres de 2015, foi aplicada pesquisa para avaliar o grau de satisfação dos profissio-

nais da contabilidade em relação às ações desenvolvidas pelo CFC. Mais de 20.000 participantes responderam às 8 questões que compõem a pesquisa.

Por meio dos resultados, o CFC pretende programar ações que busquem a melhoria do trabalho realizado pelo Conselho e dos serviços prestados pelo Sistema CFC/CRCs aos profissionais da área.

Em relação a esta pesquisa, dos oito indicadores avaliados, quatro apresentaram grau de satisfação acima da meta, com destaque para "Infraestrutura do Conselho Federal de Contabilidade", com mais de 80% de satisfação.

Os quatro itens com menor índice de satisfação apontados pelos profissionais da contabilidade foram: "Ações desenvolvidas pelo Conselho Federal de Contabilidade", "Solução imediata de problemas", "Programas e projetos" e "Realização de congressos, fóruns, cursos e treinamento".

Diante do resultado, o Sistema CFC/CRCs implementou novas ações para melhorar os serviços prestados e elevar o nível de satisfação dos profissionais da contabilidade, como: estruturação da Ouvidoria como um canal de comunicação rápido e eficiente entre a sociedade e o CFC; e maior divulgação dos programas e projetos.



Funcionárias do CFC

Pesquisa de Satisfação da Imagem do Profissional da Contabilidade – Sociedade

Voltada à sociedade, esta pesquisa tem por objetivo medir o grau de reconhecimento da sociedade brasileira em relação à imagem dos profissionais da contabilidade. Com apenas cinco perguntas, o questionário ficou disponível no site do CFC e também foi divulgado por meio da imprensa.

No cômputo total, o índice geral de satisfação da imagem do Profissional da Contabilidade foi de 62%, sendo que a meta fixada para o exercício de 2015 foi de 70%.

| Indicadores de Satisfação da Imagem do Profissional da Contabilidade | 1º sem./2015 (% dos índices "Ótimo" e "Bom") | 2º sem./2015 (% dos índices "Ótimo" e "Bom") | Média (% dos índices "Ótimo" e "Bom") |
|--|--|--|---|
| Imagem do profissional perante a sociedade | 48,87 | 46,15 | 47,51 |
| Importância do profissional para o País | 82,27 | 80,66 | 81,47 |
| Nível de reconhecimento em comparação a outros profissionais | 39,07 | 38,76 | 38,92 |
| Trabalho desenvolvido pelo profissional da contabilidade | 73,91 | 73,89 | 73,90 |
| Informações que são prestadas | 70,48 | 70,56 | 70,52 |
| Total (% dos índices "Ótimo" e "Bom") | 62,92 | 62,01 | 62,46 |

Análise Parcial dos Resultados

Dos cinco itens que compõem este bloco, três atingiram índices de satisfação acima da meta, com destaque para os itens "Importância do profissional para o País", com mais de 80%; e "Trabalho desenvolvido pelo profissional da contabilidade" e "Informações que são prestadas", ambas com mais de 70% de satisfação, o que, possivelmente, decorre da capacitação de 211 mil profissionais em eventos promovidos pelo CFC.

Os itens "Imagem do profissional perante a sociedade" e "Nível de reconhecimento em comparação a outros profissionais" ficaram abaixo da meta do índice de satisfação, que é de 70%. Por meio dos resultados, o CFC pretende programar ações que busquem a melhoria da imagem dos profissionais, como a contratação de agência de publicidade para divulgação das ações do Sistema CFC/CRCs.



Funcionários do CFC

Pesquisa de Satisfação da Imagem do Sistema CFC/CRCs – Formadores de Opinião

Com a finalidade de avaliar o grau de reconhecimento da imagem do Sistema CFC/CRCs, foi aplicada pesquisa aos formadores de opinião (jornalistas, empresários, políticos, parlamentares e representantes de outras entidades de classe, representantes da sociedade civil organizada), que também, de forma voluntária e anônima, responderam às cinco questões que compõem a pesquisa.

No cômputo total, o índice geral de satisfação da imagem do Sistema CFC/CRCs, foi de 60%, sendo que a meta fixada para o exercício de 2015 foi de 70%.

| Indicadores de Satisfação da Imagem do Sistema CFC/CRCs | 1º sem./2015 (% dos índices "Ótimo" e "Bom") | 2º sem./2015 (% dos índices "Ótimo" e "Bom") | Média (% dos índices "Ótimo" e "Bom") |
|--|--|--|---|
| O trabalho do Sistema CFC/CRCs | 78,72 | 64,82 | 71,77 |
| Atuação do Sistema CFC/CRCs para a sociedade | 70,21 | 58,94 | 64,58 |
| Os projetos desenvolvidos pelo Sistema CFC/CRCs | 73,33 | 61,07 | 67,20 |
| Nível de reconhecimento do Sistema CFC/CRCs pela sociedade | 45,65 | 36,55 | 41,10 |
| Imagem do Sistema CFC/CRCs | 60,42 | 52,23 | 56,33 |
| Total (% dos índices "Ótimo" e "Bom") | 65,67 | 54,72 | 60,19 |

Análise Parcial dos Resultados

A meta desta pesquisa não foi atingida, pois, dos cinco itens, apenas um – "O trabalho do Sistema CFC/CRCs" – ficou acima do projetado. Os demais itens – "Atuação do Sistema CFC/CRCs para a sociedade", "Os projetos desenvolvidos pelo Sistema CFC/CRCs", "Nível de reconhecimento do Sistema CFC/CRCs pela sociedade" e "Imagem do Sistema CFC/CRCs" – ficaram com índice de satisfação abaixo de 70%.

O resultado serviu como ferramenta para implementar novas ações que contribuam para a melhoria dos serviços prestados e para elevar o nível de satisfação dos profissionais e da sociedade.

Entre essas ações, destacam-se o fortalecimento das ações sociais de voluntariado entre a classe contábil; contratação de agência de publicidade para divulgação das ações do Sistema CFC/CRCs; e Instituição da Vice-Presidência de Política Institucional do CFC, com o objetivo de coordenar as relações institucionais entre o CFC e demais órgãos, entidades e instituições, bem como entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de desenvolver e coordenar projetos relativos à imagem e à divulgação do CFC.

Diante desse trabalho, a expectativa é de que, no próximo ano, os indicadores atinjam a meta estabelecida.



Colaboradores do CFC

Demonstração do Valor Adicionado (DVA) – 2015

| Cálculo do Valor Adicionado | 2015 (valores em R\$) | % | 2014 (valores em R\$) | % |
|---|--------------------------|----------------|--------------------------|----------------|
| 1. Receitas | 55.218.337 | | 110.587.486 | |
| 1.1 Contribuições | 48.010.425 | | 42.535.976 | |
| 1.2 Exploração de Bens e Serviços | 6.494.748 | | 5.717.701 | |
| 1.3 Outras Receitas Correntes | 711.665 | | 173.303 | |
| 1.4 Receita com Alienação de Bens | 1.499 | | 19.243 | |
| 1.5 Reavaliação de Ativos | 0 | | 62.141.262 | |
| 2. Insumos Adquiridos de Terceiros | 23.701.616 | | 18.577.181 | |
| 2.1 Materiais e Equipamentos Adquiridos de Terceiros | 2.513.900 | | 1.512.998 | |
| 2.2 Serviços de Terceiros | 19.055.314 | | 16.087.689 | |
| 2.3. Perda de Valores Ativos | 148.768 | | 235.764 | |
| 2.4. Depreciação | 1.983.634 | | 740.729 | |
| 3. Valor Adicionado Bruto [1 - 2] | 31.516.721 | | 92.010.305 | |
| 4. Provisão para Contingências Cíveis/Trabalhistas | 368.983 | | 176.387 | |
| 5. Valor Adicionado Recebido em Transferência | 6.912.432 | | 4.295.747 | |
| 5.1 Financeiras | 6.912.432 | | 4.295.747 | |
| 6. Valor Adicionado Total a Distribuir [3 - 4 + 5] | 38.060.171 | 100,00% | 96.129.665 | 100,00% |
| 7. Distribuição do Valor Adicionado | | | | |
| 7.1 Recursos Humanos | 15.918.144 | 41,82% | 14.898.738 | 15,50% |
| 7.2 Impostos, Taxas, Contribuições e Encargos Sociais | 3.294.648 | 8,66% | 2.758.064 | 2,87% |
| 7.3 Contribuições Sociais e Estatutárias | 606.065 | 1,59% | 547.407 | 0,57% |
| 7.4 Auxílios Financeiros a CRCs | 4.874.101 | 12,81% | 3.462.257 | 3,60% |
| 7.5 Aluguéis | 1.641.713 | 4,31% | 1.191.590 | 1,24% |
| 7.6 Superávit do Exercício | 11.725.500 | 30,81% | 73.271.608 | 76,22% |
| Total do Valor Adicionado Distribuído | 38.060.171 | 100,00% | 96.129.665 | 100,00% |

Notas explicativas:

1. Constituem receitas do Conselho Federal 1/5 (um quinto) da receita bruta de cada Conselho Regional de Contabilidade, excetuados os legados, as doações, as subvenções, as receitas patrimoniais, as restituições e outras, quando justificadas; além de receitas oriundas da exploração de bens e serviços (emissão de carteiras de registro profissional, Exame de Qualificação Técnica e Exame de Suficiência).
2. No item 5.1 "Financeiras", o montante corresponde aos juros sobre empréstimos, à amortização de empréstimos concedidos aos Conselhos Regionais e aos rendimentos de aplicação financeira.



Colaboradores do CFC

1. Indicadores do Resultado Operacional e Social

| 1.1 Demonstração do Resultado do Exercício | 2015 (valores em R\$) | 2014 (valores em R\$) |
|---|--------------------------|--------------------------|
| Receita Bruta | 62.130.769 | 52.741.970 |
| (-) Contribuições Sociais e Estatutárias * | (606.065) | (547.407) |
| Receita Líquida | 61.524.704 | 52.194.563 |
| (-) Despesas com Atividades Operacionais | (21.140.199) | (15.021.975) |
| (-) Despesas com Remuneração do Pessoal | (15.918.144) | (14.898.738) |
| (-) Despesas com Tributos, Contribuições e Encargos Sociais | (3.294.648) | (2.758.064) |
| (-) Despesas com Benefícios Sociais à Comunidade | (5.243.983) | (2.774.573) |
| (-) Outras Despesas | (4.202.230) | (5.610.866) |
| Superávit do Exercício | 11.725.500 | 11.130.346 |
| 1.2 Patrimônio Líquido | 136.033.927 | 123.289.355 |

* Contribuições Estatutárias – Fundo de Integração e Desenvolvimento (Fides)

Notas explicativas:

1. O superávit obtido no ano de 2015 influenciou o aumento do patrimônio social em aproximadamente 10%. Embora o propósito do CFC não seja a obtenção de superávit, o resultado é importante para assegurar a manutenção de suas atividades, garantir a sustentabilidade financeira e fortalecer seu patrimônio líquido.
2. Na execução dos projetos em 2015, o Conselho Federal de Contabilidade não mediu esforços para investir na formação das competências e habilidades do profissional da contabilidade, o que justifica o aumento das despesas com Benefícios Sociais à Comunidade.
3. Em 2014, no cálculo do superávit do exercício, foi desconsiderado o impacto da reavaliação na receita, mas para a demonstração real do patrimônio líquido da entidade, a reavaliação do exercício foi considerada.

Colaboradores do CFC



2. Indicadores das Atividades Operacionais

| | 2015 (valores em R\$) | | | 2014 (valores em R\$) | | | | |
|--|--------------------------|----------------------|----------------|--------------------------|-------------------|----------------------|----------------|------------------------|
| | Valores | % Receita Líquida | % Superávit | % Patrimônio Social | Valores | % Receita Líquida | % Superávit | % Patrimônio Social |
| 2.1. Apoio à Fiscalização Preventiva do Exercício Profissional | 31.209 | 0,05% | 0,27% | 0,02% | 496.957 | 0,95% | 4,46% | 0,40% |
| 2.2. Educação Continuada | 4.586.914 | 7,46% | 39,12% | 3,37% | 3.163.293 | 6,06% | 28,42% | 2,57% |
| 2.3. Divulgações Técnicas e Institucionais | 2.882.697 | 4,69% | 24,58% | 2,12% | 1.339.281 | 2,57% | 12,03% | 1,09% |
| 2.4. Comissões de Estudo e Trabalho voltados às Normas de Contabilidade e à Profissão Contábil | 1.100.116 | 1,79% | 9,38% | 0,81% | 1.260.511 | 2,42% | 11,32% | 1,02% |
| 2.5. Representações em Eventos | 1.299.328 | 2,11% | 11,08% | 0,96% | 2.741.111 | 5,25% | 24,63% | 2,22% |
| 2.6. Reuniões Regimentais e de Planejamento / Seminários Internos | 2.554.314 | 4,15% | 21,78% | 1,88% | 3.456.879 | 6,62% | 31,06% | 2,80% |
| 2.7. Apoio Técnico / Financeiro a CRCs | 2.091.632 | 3,40% | 17,84% | 1,54% | 1.841.696 | 3,53% | 16,55% | 1,49% |
| 2.8. Auditoria e Controles Internos | 849.995 | 1,38% | 7,25% | 0,62% | 481.810 | 0,92% | 4,33% | 0,39% |
| 2.9. Reuniões/Seminários sobre Registro Profissional e Cadastral | 4.128.939 | 6,71% | 35,21% | 3,04% | 82.711 | 0,16% | 0,74% | 0,07% |
| 2.10. Capacitação Profissional de Funcionários | 96.718 | 0,16% | 0,82% | 0,07% | 157.727 | 0,30% | 1,42% | 0,13% |
| 2.11. Eleições Internas | 1.518.336 | 2,47% | 12,95% | 1,12% | 0 | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Total dos Indicadores das Atividades Operacionais | 21.140.199 | 34,36% | 180,29% | 15,54% | 15.021.975 | 28,78% | 134,96% | 12,18% |

Notas explicativas:

- Os recursos investidos em Educação Continuada em 2015 corresponderam a 7,46% da receita líquida. O indicador 2.2 reflete os esforços do CFC em influenciar a formação do profissional da contabilidade, impulsionando programas de educação continuada e desenvolvendo políticas de aproximação com órgãos de educação, com o objetivo de estabelecer relações de parceria e compromisso dos participantes dos eventos/cursos/seminários promovidos pelo Sistema CFC/CRCs.
- Os auxílios financeiros, item 2.7, efetuados exclusivamente aos CRCs têm como objetivo oferecer apoio para: reforma de sede; adequação do parque de informática; aquisição de veículos utilizados pela fiscalização; e divulgação na mídia referente à Campanha Nacional ao Dia do Profissional de Contabilidade.
- O item 2.3 demonstra os repasses realizados aos organismos reguladores internacionais (Ifac, Cilea e AIC) com o intuito de promover o desenvolvimento da profissão entre os países latinos, buscando a uniformização das normas internacionais de contabilidade e, ainda, o aperfeiçoamento da prestação de serviços contábeis, obedecendo a padrões de alta qualidade em atendimento ao interesse público.
- O aumento expressivo no indicador 2.9 (que em 2015 correspondeu a 6,71% da receita líquida) deve-se à reclassificação dos investimentos com o Exame de Suficiência, que antes era computado como Educação Continuada.
- O processo eleitoral, item 2.11, do Sistema CFC/CRCs ocorre a cada 2 anos, o qual é coordenado pelo CFC. Em 2015, a eleição foi realizada para a renovação de 1/3 (um terço) dos membros dos CRCs, cujo pleito aconteceu por chapas em eleição direta e foi realizada exclusivamente pela internet. Com vistas a proporcionar maior segurança e lisura ao processo, o CFC decidiu investir na contratação de empresa para fornecimento de serviço de sistema eletrônico eleitoral, alocação de infraestrutura para sua execução, carga de dados e monitoramento das eleições eletrônicas de todos os Conselhos Regionais de Contabilidade.

Funcionárias do CFC



3. Indicadores de Recursos Humanos

| | | 2014 | | | | 2015 | | | |
|---|----------|---------------|-----------------|---------------|-------|---------------|-----------------|---------------|-------|
| | | Administração | | | Total | Administração | | | Total |
| | | Executiva | Corpo Funcional | Terceirizados | | Executiva | Corpo Funcional | Terceirizados | |
| 3.1. Efetivos em 31/12 | | | | | | | | | |
| 3.1.1. Participação por sexo | Homens | 39 | 64 | 33 | 136 | 39 | 62 | 32 | 133 |
| | Mulheres | 12 | 64 | 21 | 97 | 12 | 64 | 15 | 91 |
| 3.1.2. Percentual de ocupantes de cargos de chefia | Homens | 78% | 41% | 0% | - | 78% | 39% | 0% | - |
| | Mulheres | 22% | 59% | 0% | - | 22% | 61% | 0% | - |
| 3.2. Faixas Etárias em 31/12 | | | | | | | | | |
| 3.2.1. Menores de 18 anos | | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.2.2. De 18 a 30 anos | | 0 | 32 | 0 | 32 | 0 | 26 | 0 | 26 |
| 3.2.3. De 31 a 40 anos | | 5 | 38 | 0 | 43 | 3 | 45 | 0 | 48 |
| 3.2.4. De 41 a 50 anos | | 13 | 35 | 0 | 48 | 13 | 31 | 0 | 44 |
| 3.2.5. De 51 a 60 anos | | 19 | 14 | 0 | 33 | 19 | 16 | 0 | 35 |
| 3.2.6. Acima de 60 anos | | 14 | 8 | 0 | 22 | 16 | 8 | 0 | 24 |
| 3.3. Tempo de Serviço em 31/12 | | | | | | | | | |
| 3.3.1. Até 1 ano | | 20 | 21 | 0 | 41 | 0 | 14 | 0 | 14 |
| 3.3.2. Acima de 1 até 5 anos | | 16 | 24 | 0 | 40 | 28 | 32 | 0 | 60 |
| 3.3.3. Acima de 5 até 10 anos | | 9 | 18 | 0 | 27 | 16 | 14 | 0 | 30 |
| 3.3.4. Acima de 10 anos | | 6 | 65 | 0 | 71 | 7 | 66 | 0 | 73 |
| 3.4. Variação do Corpo Funcional | | | | | | | | | |
| 3.4.1. Movimentações no Corpo Funcional | | | | | | | | | |
| 3.4.1.1. Demissões no ano | | 0 | 10 | 0 | 10 | 0 | 4 | 0 | 4 |
| 3.4.1.2. Aposentadorias no ano | | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| 3.4.1.3. Afastamentos por outros motivos | | 0 | 5 | 0 | 5 | 0 | 2 | 0 | 2 |
| 3.4.1.4. Admissões no ano | | 0 | 13 | 0 | 13 | 0 | 2 | 0 | 2 |
| 3.4.2. Ações trabalhistas movidas contra a entidade | | | | | | | | | |
| 3.4.2.1. Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade | | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 3 | 4 | 7 |
| 3.4.2.2. Número de processos trabalhistas julgados procedentes | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.4.2.3. Número de processos trabalhistas julgados improcedentes | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.4.2.4. Número de processos trabalhistas em que houve acordo | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.4.2.5. Número de processos trabalhistas em análise | | 0 | 5 | 4 | 9 | 0 | 3 | 4 | 7 |

| | 2014 | | | | 2015 | | | |
|---|------------------------------|-----------------|---------------|---------------|------------------------------|-----------------|---------------|---------------|
| | Administração | | | Total | Administração | | | Total |
| | Executiva | Corpo Funcional | Terceirizados | | Executiva | Corpo Funcional | Terceirizados | |
| 3.5. Serviços Terceirizados em 31/12 | | | | | | | | |
| 3.5.1. Número de pessoas em serviços terceirizados | 0 | 0 | 54 | 54 | 0 | 0 | 47 | 47 |
| 3.6. Estagiários | | | | | | | | |
| 3.6.1. Número de estagiários em 31/12 | 0 | 12 | 0 | 12 | 0 | 27 | 0 | 27 |
| 3.7. Escolaridade e Formação | | | | | | | | |
| 3.7.1. Analfabeto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.7.2. Com Ensino Fundamental | 0 | 4 | 0 | 4 | 0 | 4 | 0 | 4 |
| 3.7.3. Com Ensino Médio | 4 | 21 | 0 | 25 | 4 | 20 | 0 | 24 |
| 3.7.4. Cursando Ensino Médio | 0 | 2 | 0 | 2 | 0 | 2 | 0 | 2 |
| 3.7.5. Cursando Ensino Superior | 1 | 7 | 0 | 8 | 1 | 6 | 0 | 7 |
| 3.7.6. Com Ensino Superior Completo | 11 | 60 | 0 | 71 | 11 | 60 | 0 | 71 |
| 3.7.7. Especialização | 26 | 33 | 0 | 59 | 26 | 33 | 0 | 59 |
| 3.7.8. Mestrado | 7 | 1 | 0 | 8 | 7 | 1 | 0 | 8 |
| 3.7.9. Doutorado | 2 | 0 | 0 | 2 | 2 | 0 | 0 | 2 |
| 3.8. Gastos | 2014 (valores em R\$) | | | | 2015 (valores em R\$) | | | |
| 3.8.1. Gastos com serviços terceirizados no período | 0,00 | 0,00 | 1.904.090,28 | 1.904.090,28 | 0,00 | 0,00 | 2.134.357,19 | 2.134.357,19 |
| 3.8.2. Gastos com estagiários | 0,00 | 98.308,02 | 0,00 | 98.308,02 | 0,00 | 349.976,05 | 0,00 | 349.976,05 |
| 3.8.3. Gastos com formação e treinamentos | 81.282,82 | 137.780,74 | 0,00 | 219.063,56 | 608.352,31 | 140.366,18 | 0,00 | 748.718,49 |
| 3.8.4. Gastos com remunerações do pessoal | 0,00 | 16.942.077,43 | 0,00 | 16.942.077,43 | 0,00 | 15.867.802,22 | 0,00 | 15.867.802,22 |
| 3.8.4.1. Remunerações | 0,00 | 11.974.077,43 | 0,00 | 11.974.077,43 | 0,00 | 12.749.388,91 | 0,00 | 12.749.388,91 |
| 3.8.4.2. Seguridade Social | 0,00 | 3.527.611,20 | 0,00 | 3.527.611,20 | 0,00 | 2.057.424,05 | 0,00 | 2.057.424,05 |
| 3.8.4.3. Outras vantagens sociais | 0,00 | 2.395.829,97 | 0,00 | 2.395.829,97 | 0,00 | 1.060.989,26 | 0,00 | 1.060.989,26 |
| 3.8.5. Gastos com indenizações e multas por determinação judicial | 0,00 | 19.814,96 | 0,00 | 19.814,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Discriminação das categorias da Administração:

- Executiva: presidente, vice-presidentes e conselheiros
- Corpo funcional: empregados
- Terceirizados: empresas que mantêm empregados nas dependências do CFC
- Item 3.8.4.2.: A Seguridade Social é composta por FGTS, Plano de Saúde e Plano Odontológico
- Item 3.8.4.3.: Outras vantagens sociais são compostas por vale-transporte, vale-refeição/alimentação, auxílio educação e auxílio creche
- Item 3.8.3.: Executiva: Gastos com formação e treinamentos são compostos por inscrições, diárias e passagens
- Item 3.8.3.: Corpo Funcional: Gastos com formação e treinamentos são compostos por serviços de seleção, treinamento e orientação profissional, diárias e passagens

4. Indicadores dos Tributos e Encargos Sociais

| | 2015 (valores em R\$) | | | 2014 (valores em R\$) | | | | |
|---|--------------------------|-------------------------|----------------|---------------------------|------------------|-------------------------|----------------|---------------------------|
| | Valores | % Receita Líquida | % Superávit | % Patrimônio Social | Valores | % Receita Líquida | % Superávit | % Patrimônio Social |
| 4.1. Encargos e Contribuições Sociais | 2.750.815 | 4,47% | 23,46% | 2,02% | 2.572.144 | 4,93% | 23,11% | 2,09% |
| 4.2. Impostos e Taxas | 543.833 | 0,88% | 4,64% | 0,40% | 185.935 | 0,36% | 1,67% | 0,15% |
| Total dos Indicadores de Tributos e Encargos Sociais | 3.294.648 | 5,36% | 28,10% | 2,42% | 2.758.080 | 5,28% | 24,78% | 2,24% |

5. Indicadores dos Benefícios Sociais à Comunidade

| | 2015 (valores em R\$) | | | 2014 (valores em R\$) | | | | |
|--|--------------------------|-------------------------|----------------|---------------------------|------------------|-------------------------|----------------|---------------------------|
| | Valores | % Receita Líquida | % Superávit | % Patrimônio Social | Valores | % Receita Líquida | % Superávit | % Patrimônio Social |
| 5.1. Educação Continuada | 4.285.185 | 6,96% | 36,55% | 3,15% | 1.811.061 | 3,47% | 16,27% | 1,47% |
| 5.1.1. Cursos | 31.366 | 0,05% | 0,27% | 0,02% | 133.011 | 0,25% | 1,20% | 0,11% |
| 5.1.2. Eventos | 4.253.818 | 6,91% | 36,28% | 3,13% | 1.678.050 | 3,21% | 15,08% | 1,36% |
| 5.2. Projetos de Integração (*) | 69.514 | 0,11% | 0,59% | 0,05% | 19.496 | 0,04% | 0,18% | 0,02% |
| 5.3. Publicações Periódicas | 555.788 | 0,90% | 4,74% | 0,41% | 758.749 | 1,45% | 6,82% | 0,62% |
| 5.3.1. Revista (RBC e Repec) | 468.110 | 0,76% | 3,99% | 0,34% | 643.779 | 1,23% | 5,78% | 0,52% |
| 5.3.2. Jornal | 71.247 | 0,12% | 0,61% | 0,05% | 110.370 | 0,21% | 0,99% | 0,09% |
| 5.3.3. Livros | 16.431 | 0,03% | 0,14% | 0,01% | 4.600 | 0,01% | 0,04% | 0,00% |
| 5.4. Acervo Bibliográfico | 21.944 | 0,04% | 0,19% | 0,02% | 41.777 | 0,08% | 0,38% | 0,03% |
| 5.5. Ações de Responsabilidade Socioambiental | 311.552 | 0,51% | 2,66% | 0,23% | 143.491 | 0,27% | 1,29% | 0,12% |
| Total dos Indicadores dos Benefícios Sociais à Comunidade | 5.243.983 | 8,52% | 44,72% | 3,85% | 2.774.573 | 5,32% | 24,93% | 2,25% |

* Mulher Contabilista, Estudantil, Sindical e CFC em Um Dia

Notas explicativas:

1. O CFC, comprometido com a capacitação dos profissionais da contabilidade, dispendeu expressivos esforços para atualizar, aprimorar e expandir os conhecimentos técnicos e profissionais, as habilidades e as competências indispensáveis à qualidade e ao pleno atendimento às normas que regem o exercício profissional.
2. Em 2015, foram realizados quatro grandes eventos em prol dos profissionais da contabilidade. Mereceram destaque ao projetarem, nacional e internacionalmente, a profissão contábil: Seminário Regional Interamericano de Contabilidade (Maceió-AL); IV Seminário Internacional de Contabilidade Pública (Belo Horizonte-MG); X Encontro Nacional da Mulher Contabilista (Foz do Iguaçu-PR); e X Encontro Nacional de Coordenadores e Professores do Curso de Ciências Contábeis (Belo Horizonte-MG).

Planejamento Social 2016



| | Valores em R\$ | |
|---|----------------|-------------------|
| Previsão da Receita (montante operacional a distribuir) | | 63.144.100 |
| (-) Gastos com pessoal | | 19.842.000 |
| (-) Contribuições sociais e estatutárias | | 639.700 |
| (-) Impostos, Taxas, Contribuições e Encargos Sociais | | 3.885.800 |
| Resultado Operacional Líquido a Distribuir aos programas | | 38.776.600 |
| Distribuição do Resultado aos Programas/Subprogramas | | |
| Resultado Operacional Líquido a Distribuir | 100,00% | 38.776.600 |
| 1. Gestão de Registro Profissional | 9,24% | 3.581.900 |
| 1.1 Registro Profissional e Cadastral | | 3.581.900 |
| 2. Gestão de Fiscalização | 9,53% | 3.694.300 |
| 2.1 Fiscalização Ostensiva e Preventiva | | 3.694.300 |
| 3. Gestão de Educação Continuada | 36,45% | 14.134.635 |
| 3.1 Educação Continuada e Valorização Profissional | | 14.134.635 |
| 4. Normatização | 1,40% | 543.300 |
| 4.1 Edição e Revisão das NBCTs | | 543.300 |
| 5. Suporte e Apoio a Atividades Fins | 43,38% | 16.822.465 |
| 5.1 Apoio Administrativo ao Registro e Fiscalização | | 14.832.965 |
| 5.2 Apoio Operacional aos CRCs | | 1.989.500 |

Colaboradores do CFC

Nota explicativa:

Para o exercício de 2016, foi prevista a realização de 62 projetos/atividades, distribuídos nos programas de Gestão ao Registro Profissional, Gestão de Fiscalização, Gestão de Educação Continuada, Normatização e Atividades de Suporte à gestão, os quais estão estruturados para contribuir, de forma eficiente, na programação e no controle do planejamento social.

Brasília, 31 de dezembro de 2015.

Franciele Carini
CRCMT 010474/O – 2T-DF



*A Fibra de uma
Instituição*

Balanco 2015 Socioambiental



Conselheiros do CFC

Apresenta os conselheiros do Conselho Federal de Contabilidade eleitos em 2015 para o mandato de 2016 a 2017.

Sistema CFC/CRCs
Conselheiros do CFC (Mandato 2016/2017)





Sistema CFC/CRCs

Diretoria do Conselho Federal de Contabilidade

(Mandato 2016/2017)





**Balço
Socioambiental
2015**

CÂMARA TÉCNICA

Contador Zulmir Ivânio Breda (RS)
COORDENADOR DA CÂMARA TÉCNICA

Contador João Alfredo de Souza Ramos (ES)
COORDENADOR-ADJUNTO DA CÂMARA DE PROJETOS TÉCNICOS

Efetivos

Contadora Lucilene Florêncio Viana (AM)
Contador Carlos Rubens de Oliveira (MS)
Contadora Maria Constança Carneiro Galvão (BA)
TC Maria Perpétua dos Santos (GO)
Contadora Diva Maria de Oliveira Gesualdi (RJ)

Suplentes

Contadora Jeanne Carmen Ramos Luzeiro Figueira (AM)
Contador Luiz Henrique de Souza (MS)
Contadora Regina Célia Nascimento Vilanova (PA)
Contadora Gardênia Maria Braga De Carvalho (PI)
Contador Paulo Walter Schnorr (RS)
TC Osvaldo Rodrigues da Cruz (CE)
Contador Marcelo Cavalcanti Almeida (RJ)

CÂMARA DE CONTROLE INTERNO

Contadora Lucilene Florêncio Viana (AM)
COORDENADORA DA CÂMARA DE CONTROLE INTERNO

Contadora Maria do Rosário de Oliveira (RN)
COORDENADORA-ADJUNTA DA CÂMARA DE CONTROLE INTERNO

Efetivos

Contador Aécio Prado Dantas Júnior (SE)
TC Vivaldo Barbosa de Araújo Filho (RR)

Suplentes

Contador Marcos de Araújo Carneiro (RR)
Contador Evandro Benedito dos Santos (MT)
Contador João Altair Caetano dos Santos (RO)
TC Hermelino de Jesus Souza (MA)

CÂMARA DE REGISTRO

Contador Marco Aurélio Cunha de Almeida (MG)
COORDENADOR DA CÂMARA DE REGISTRO

Contadora Maria Constança Carneiro Galvão (BA)
COORDENADORA-ADJUNTA DA CÂMARA DE REGISTRO

Efetivos

TC Juliana Aparecida Soares Martins (TO)
Contador Heraldo de Jesus Campelo (MA)
Contador Carlos Henrique do Nascimento (AL)
Contador Joaquim Alencar Bezerra Filho (PI)

Suplentes

Contadora Marisa Luciana Schvabe de Morais (SC)
Contador Hélio Barreto Jorge (BA)
TC Marcia Fátima Fernandes Dantas (AP)
Contador Henrique Ricardo Batista (GO)
Contador Everildo Bento da Silva (RN)
Contador Luiz Carlos de Souza (PR)

CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL

Contador Aécio Prado Dantas Júnior (SE)
COORDENADOR DA CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO
OPERACIONAL

Contador João de Oliveira e Silva (PA)
COORDENADOR-ADJUNTO DA CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO
OPERACIONAL

Efetivos

Contador Francisco Brito do Nascimento (AC)
Contador Heraldo de Jesus Campelo (MA)

Suplentes

Contadora Vânia Labres da Silva (TO)
Contador Gilsandro Costa de Macedo (PB)
Contador Rivoldo Costa Sarmento (AL)
Contador José Eraldo Lúcio de Oliveira (PE)

CÂMARA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Contador Sergio Faraco (SC)

COORDENADOR DA CÂMARA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Contador Carlos Rubens de Oliveira (MS)

COORDENADOR-ADJUNTO DA CÂMARA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Efetivos

Contador Luiz Fernando Nóbrega (SP)

Contadora Sandra Maria Batista (DF)

Suplentes

Contador Rivaldo Costa Sarmiento (AL)

Contador Luiz Carlos de Souza (PR)

Contador Luiz Henrique de Souza (MS)

TC Miguel Angelo Martins Lara (DF)

CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E INSTITUCIONAL

Contador Nelson Zafra (PR)

COORDENADOR DA CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E INSTITUCIONAL

Contador Geraldo de Paula Batista Filho (PE)

COORDENADOR-ADJUNTO DA CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Efetivos

Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho (PI)

Contador João Alfredo de Souza Ramos (ES)

Contadora Diva Maria de Oliveira Gesualdi (RJ)

Contador Sergio Faraco (SC)

Contador João de Oliveira e Silva (PA)

Suplentes

Contador Paulo Walter Schnorr (RS)

Contador Marcelo Cavalcanti Almeida (RJ)

Contador Victor Domingos Galloro (SP)

Contadora Vânia Labres da Silva (TO)

Contador João Altair Caetano dos Santos (RO)

Contadora Marisa Luciana Schwabe de Moraes (SC)

Contadora Jeanne Carmen Ramos Luzeiro Figueira (AM)

CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA

Contador Luiz Fernando Nóbrega (SP)

COORDENADOR DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA

Contadora Sandra Maria Batista (DF)

COORDENADORA-ADJUNTA DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA

Efetivos

Contador Carlos Henrique do Nascimento (AL)

TC Bernardo Rodrigues de Souza (AP)

Contadora Maria do Rosário de Oliveira (RN)

TC Vivaldo Barbosa de Araújo Filho (RR)

Contador Marco Aurélio Cunha de Almeida (MG)

TC Cleber Oliveira de Figueiredo (PB)

Contador Nelson Zafra (PR)

TC Edegar Wayhs (MT)

TC Pedro Miranda (RO)

TC Maria Perpétua dos Santos (GO)

Contador Geraldo de Paula Batista Filho (PE)

Contador Francisco Brito do Nascimento (AC)

TC Juliana Aparecida Soares Martins (TO)

Suplentes

Contador Victor Domingos Galloro (SP)

Contador Evandro Benedito dos Santos (MT)

Contador Hélio Barreto Jorge (BA)

TC Marcia Fátima Fernandes Dantas (AP)

Contador Everildo Bento da Silva (RN)

TC José Cleber da Silva Fontineles (AC)

TC José Augusto Costa Sobrinho (SE)

TC Miguel Ângelo Martins Lara (DF)

Contador Henrique Ricardo Batista (GO)

Contador Marcos de Araújo Carneiro (RR)

TC Osvaldo Rodrigues da Cruz (CE)

TC Hermelino de Jesus Souza (MA)

Contador Gilsandro Costa de Macedo (PB)

Contador Orias Batista Freitas (MG)

TC Paulo Luiz Pacheco (ES)



Balanço Socioambiental 2015

Conselhos Regionais de Contabilidade

CRCAC

Presidente
Valmiki Francisco da Silva
Nova Avenida Ceará, n.º 438,
Conjunto Mariana. CEP 69919-180.
Rio Branco (AC).
Telefax: (68) 3227-8038
E-mail: crcac@brturbo.com.br

CRCAL

Presidente
Paulo Sérgio Braga da Rocha
Rua D. Tereza de Azevedo, n.º 1.526,
Pinheiro. CEP 57052-600. Maceió (AL).
Telefax: (82) 3194-3030
E-mail: crcal@crcal.org.br

CRCAM

Presidente
Manoel Carlos de Oliveira Júnior
Rua dos Japoneses, n.º 27, Parque 10 de
Novembro. CEP 69054-650. Manaus (AM).
Telefax: (92) 3236-8952
E-mail: crcam@crcam.org.br

CRCAP

Presidente
Fabiano Ribeiro Pimentel
Rua Duque de Caxias 361, Centro.
CEP 68900-071. Macapá (AP).
Telefone: (96) 3223-9503
E-mail: crcap@crcap.org.br

CRCBA

Presidente
Antonio Carlos Nogueira Cerqueira
Rua do Saleté, n.º 320, Barris.
CEP 40070-200. Salvador (BA).
Telefone: (71) 2109-4000
Fax: (71) 2109-4009
E-mail: crcba@crc-ba.org.br

CRCCE

Presidente
Clara Germana Gonçalves Rocha
Av. da Universidade, n.º 3.057, Benfica.
CEP 60020-181. Fortaleza (CE).
Telefone: (85) 3455-2900
Fax: (85) 3455-2913
E-mail: conselho@crc-ce.org.br

CRCDF

Presidente
Adriano de Andrade Marrocos
SHCS CR.505, Bloco C, Loja 45.
CEP 70350-530. Brasília (DF).
Telefax: (61) 3321-1757
E-mail: crcdf@crcdf.org.br

CRCES

Presidente
Haroldo Santos Filho
R. Amélia da Cunha Ornelas, n.º 30, Bento
Ferreira. CEP 29050-620. Vitória (ES).
Telefone: (27) 3232-1600
E-mail: crces@crc-es.org.br

CRCGO

Presidente
Edson Bento dos Santos
Rua 107, n.º 151, Setor Sul.
CEP 74085-060. Goiânia (GO).
Telefone: (62) 3240-2211
Fax: (62) 3240-2636
E-mail: crcgo@crcgo.org.br

CRCMA

Presidente
Antonio das Graças Alves Ferreira
Rua Leblon, Qd. C, Lote 10, Parque Quintas
do Calhau. CEP 65067-464. São Luís (MA).
Telefone: (98) 3226-1613
E-mail: crcma@crcma.org.br

CRCMG

Presidente
Rogério Marques Noé
Rua Cláudio Manoel, n.º 639, Funcionários.
CEP 30140-100. Belo Horizonte (MG).
Telefone: (31) 3269-8400
E-mail: diretoria@crcmg.org.br

CRCMS

Presidente
Ruberlei Bulgarelli
Rua Euclides da Cunha, n.º 994,
Jardim dos Estados. CEP 79020-230.
Campo Grande (MS).
Telefax: (67) 3326-0750
E-mail: crcms@crcms.org.br

CRCMT

Presidente
Sílvia Mara Leite Cavalcante
Rua 05, Quadra 13, Lote 02,
Centro Político Administrativo.
CEP 78049-916. Cuiabá (MT).
Telefone: (65) 3648-2800
Fax: (65) 3648-2828
E-mail: crcmt@crcmt.org.br

CRCPA

Presidente
Maria de Fátima Cavalcante Vasconcelos
R. Avertano Rocha, n.º 392, Comércio.
CEP 66023-120. Belém (PA).
Telefone: (91) 3202-4150
E-mail: supex@crcpa.org.br

CRCPB

Presidente
Garibaldi Dantas Filho
Rua Rodrigues de Aquino, n.º 208, Centro.
CEP 58013-030. João Pessoa (PB).
Telefone: (83) 3044-1313
E-mail: diretoria@crcpb.org.br

CRCPE

Presidente
José Gonçalves Campos Filho
Rua do Sossego, n.º 693, Santo Amaro.
CEP 50100-150. Recife (PE).
Telefone: (81) 2122-6011
E-mail: crcpe@crcpe.org.br

CRCPI

Presidente
Josafam Bonfim Moraes Rego
Av. Pedro Freitas, n.º 1.000, Vermelha.
CEP 64018-000. Teresina (PI).
Telefax: (86) 3221-7531
E-mail: crcpi@crcpi.com.br

CRCPR

Presidente
Marcos Sebastião Rígoni de Mello
Rua XV de Novembro, n.º 2.987, Alto da XV.
CEP 80050-000. Curitiba (PR).
Telefax: (41) 3360-4700
E-mail: crcpr@crcpr.org.br

CRCRJ

Presidente
Vitória Maria da Silva
Rua 1º de Março, n.º 33 e Ouvidor, n.º 50,
Centro. CEP 20010-000. Rio de Janeiro (RJ).
Telefone: (21) 2216-9595
Fax: (21) 2216-9616
E-mail: crcrj@crcrj.org.br

CRCRN

Presidente
João Gregório Júnior
Av. Bernardo Vieira, n.º 4.545, Tirol.
CEP 59015-450. Natal (RN).
Telefone: (84) 3211-8505
Fax: (84) 3211-8512
E-mail: crcrn@crcrn.org.br

CRCRO

Presidente
Edneu da Silva Calderari
Avenida Presidente Dutra, n.º 2.374, Centro.
CEP 78916-100. Porto Velho (RO).
Telefone: (69) 3229-8870
E-mail: crcro@crcro.org.br

CRCRR

Presidente
Francisco Fernandes de Oliveira
Rua Major Manoel Correia, n.º 372, São
Francisco. CEP 69305-100. Boa Vista (RR).
Telefone: (95) 3623-1457
E-mail: diretoria@crcrr.org.br

CRCRS

Presidente
Antônio Carlos de Castro Palácios
Avenida Praia de Belas, n.º 1.554.
CEP 90110-000. Porto Alegre (RS).
Telefax: (51) 3254-9400
E-mail: crcrs@crcrs.org.br

CRCSC

Presidente
Marcello Alexandre Seemann
Av. Osvaldo Rodrigues Cabral, n.º 1.900,
Centro. CEP 88015-710. Florianópolis (SC).
Telefone: (48) 3027-7000
E-mail: crcsc@crcsc.org.br

CRCSE

Presidente
Ângela Andrade Dantas Mendonça
Av. Mário Jorge Vieira, n.º 3.140, Coroa
do Meio. CEP 49035-660. Aracaju (SE).
Telefone: (79) 3301-6812
E-mail: crcse@crcse.org.br

CRCSP

Presidente
Gildo Freire de Araújo
Rua Rosa e Silva, n.º 60, Higienópolis.
CEP 01230-909. São Paulo (SP).
Telefone: (11) 3824-5400
E-mail: crcsp@crcsp.org.br

CRC TO

Presidente
Sebastião Célio Costa Castro
Av. Theotônio Segurado, n.º 601 Sul,
Conj 01, Lote 19, Plano Diretor Sul.
CEP 77016-330. Palmas (TO).
Telefone: (63) 3219-5600
E-mail: crc to@crc to.org.br



Comissão para Elaboração do Balanço Socioambiental



Coordenação
Marisa Luciana Schwabe de Moraes



Equipe técnica
Angela Maria Fazon Pereira
Fabricia Gonçalves de Andrade
Lúcia Helena Alves de Figueiredo
Thiago Luis Gomes

Jornalista responsável

Maristela Giroto

MTB 19.828

Revisão

Maria do Carmo Nóbrega

Colaboração

Carolina Lopes e Fabiana Brito

Fotografias

Acervo do CFC, Robson Cesco, Set Produções, Proforme Photo, Luminar

Contadoras responsáveis

Franciele Carini

CRCMT 010474/O – 2T-DF

Angela Maria Fazon Pereira

CRCPR 043954/O – 4T-DF

Endereço

SAS Quadra 5, Bloco J, Edifício CFC,

Brasília-DF, CEP. 70070-920

www.cfc.org.br



SAS Quadra 5, Bloco J, Edifício CFC
CEP: 70070-920 – Brasília-DF
www.cfc.org.br
